

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: 01/06/2012 a 30/06/2012

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Índice

Bird: América Latina precisa de plano. Flávia Barbosa – O Globo. 01/06/2012	4
Na Bolívia, OEA discute direitos humanos – Folha de São Paulo; Mundo. 02/06/2012	4
Com Chávez e Correa. Assembleia da Organização dos Estados Americanos – OEA. Merval Pereira – O Globo. 02/06/2012	5
Brasil vai recorrer à OMC contra África do Sul. Assis Moreira – Valor Econômico (Capa). 05/06/2012	7
Brasil vai à OMC contra África do Sul por barreiras às exportações brasileiras. Assis Moreira – Valor Econômico. 05/06/2012	7
Brasil e Argentina voltam a negociar. Objetivo é destravar exportações dos dois lados e evitar que relação saia arranhada. Vivian Oswald – O Globo. 05/06/2012	9
Argentina exclui Brasil de nova medida protecionista. César Felício – Valor Econômico. 08/06/2012	10
Brasil vai à OMC contra sobretaxa ao frango adotada pela África do Sul – Folha de São Paulo, Mercado. 12/06/2012	10
Brasil tem chance de ter papel principal no desenvolvimento do agro africano. Marcos Fava Neves – Folha de São Paulo, Mercado. 13/06/2012	11
No G-20, país defenderá estímulo a crescimento. Sergio Lamucci – Valor Econômico. 13/06/2012	12
G20 defenderá crescimento em texto final. Clóvis Rossi – Folha de São Paulo, Mundo. 18/06/2012	13
G-20 quer prioridade a crescimento na Europa. Flávia Barbosa – O Globo. 18/06/2012	14
Adoção de políticas de estímulo domina reunião do G-20. Sergio Lamucci – Valor Econômico. 18/06/2012	15
Uma semana para não ser esquecida. Luiz Carlos Mendonça de Barros – Valor Econômico. 18/06/2012	16
Novas alianças estratégicas? Daniel Aarão Reis – O Globo. 19/06/2012	18
Brics criam fundo virtual de reservas para sinalizar força. Sergio Lamucci – Valor Econômico. 19/06/2012	19
Brics terão fundo virtual de reservas. Sergio Lamucci – Valor Econômico, Capa. 19/06/2012	21
Europa cansa de apanhar no G20. Clóvis Rossi – Folha de São Paulo, Mundo. 19/06/2012	21
Dilma reserva espaço para erguer barreiras protecionistas em 2013. Clóvis Rossi – Folha de São Paulo, Mundo. 19/06/2012	22
Europa se compromete no G-20 a agir rápido para voltar a crescer. Flávia Barbosa – O Globo. 20/06/2012	23
Brasil é derrotado em proposta para OMC. Flávia Barbosa – O Globo. 20/06/2012	24
G-20 defende políticas de estímulo ao crescimento. Sergio Lamucci – Valor Econômico. 20/06/2012	25

Dilma vê consenso sobre ação rápida anticrise – Valor Econômico. 20/06/2012	27
G20 pressiona Europa – Folha de São Paulo, Editorial. 20/06/2012	28
Crescimento vence austeridade no G20. Clovis Rossi – Folha de São Paulo, Mundo. 20/06/2012.....	29
Brasil abre primeira disputa na OMC contra um dos Brics. Assis Moreira – Valor Econômico. 21/06/2012.....	30
G-20 fica à margem da saída para a zona do euro – Valor Econômico. 21/06/2012.....	31
Conferências de cúpula. Kenneth Maxwell – Folha de São Paulo, Opinião. 21/06/2012.....	32
Seminário em Bruxelas discute cooperação entre Brasil e União Europeia – Site do MAPA. 22/06/2012.....	33
Brasil não consegue que negociações na OMC sejam retomadas. Geraldo Barros – Folha de São Paulo, Mercado. 23/06/2012.....	34
Protecionismo não cria bons empregos, afirma chefe da OMC. Claudia Antunes – Folha de São Paulo, Mundo. 24/06/2012	35
Brasil, Argentina e Uruguai iniciam negociações com a China. Cesar Felício – Valor Econômico. 26/06/2012.....	36
A entrada para o desenvolvimento - Valor Econômico. 26/06/2012	37
UE busca competitividade e crescimento. Assis Moreira – Valor Econômico. 28/06/2012	39
Fragilizado, Monti confronta Merkel – Valor Econômico. 28/06/2012	40
Sem derrubar travas, países ensaiam facilitar o fluxo de produtos. Carolina Villa-nova – Folha de São Paulo. 30/06/2012	42

Bird: América Latina precisa de plano. Flávia Barbosa – O Globo. 01/06/2012

A América Latina precisa adotar com urgência um plano que vise ao crescimento verde de suas economias, sob pena de esgotar, no prazo de uma geração, boa parte de seus recursos naturais. Em relatório divulgado ontem, o Banco Mundial (Bird) diz que a expansão acelerada da última década, que aumentou os padrões de consumo e a urbanização, e a consolidação da região como fornecedora de produtos básicos (alimentos e minerais) para a China elevaram riscos ambientais e sociais no médio e curto prazos. A vantagem latina é ser um laboratório de boas experiências de desenvolvimento sustentável, que, trocadas entre países e bem administradas, podem virar políticas de larga escala.

Na última década, a América Latina registrou taxa média de crescimento de 4% e viu explodir a aquisição de carros e a urbanização, com 81% da população vivendo em cidades cada vez maiores. Também se tornou um paraíso da indústria extrativa. Mais de um terço dos projetos globais de mineração para certos insumos, por exemplo ouro, estão concentrados nos países latinos. Desta forma, ainda que tenha a matriz energética mais limpa do mundo, a região poderá ver dobrar o volume de emissões de carbono até 2030, comprometer o uso da água (para consumo humano e agropecuária) e ficar mais vulnerável a desastres naturais (secas e enchentes).

Adotar ações que melhorem a eficiência do consumo de energia, o planejamento e o transporte urbanos, o uso da terra e o manejo dos recursos naturais são as recomendações do Bird.

Na Bolívia, OEA discute direitos humanos – Folha de São Paulo; Mundo. 02/06/2012

Cochabamba, na Bolívia, recebe a partir de amanhã a anual Assembleia Geral da OEA (Organização dos Estados Americanos), que terá como tema central a segurança alimentar no hemisfério.

Um debate mais sensível, porém, coopta atenções: uma possível reforma do sistema interamericano de direitos humanos, que inclui a Comissão de Direitos Humanos (CIDH) e a corte, autônoma.

Desde o ano passado, quando um grupo de trabalho foi criado sobre a questão no âmbito da OEA, ONGs do continente acusam governos da região como Venezuela, Colômbia, Equador e Peru -mas também o Brasil- de estimularem mudanças no sistema para enfraquecer os instrumentos em vigência.

Nesta semana, o secretário-geral da OEA, José Miguel Insulza, defendeu reformas, e o México propôs prazo de um ano para mais discussões.

O tema, porém, chega aberto a Cochabamba. Daí o barulho das ONGs que dizem temer que acordos de última para modificações em pontos caros, como as medidas cautelares, instrumentos de proteção a vítimas em situação de emergência em casos levados à CIDH. Outro foco sob ataque é a Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da comissão, vista por Caracas e Quito como politicamente parcial.

O Itamaraty rebate as acusações. Diz que há ajustes a serem feitos para fortalecer o sistema interamericano, e não debilitá-lo, de modo a evitar que instâncias "extrapolem" seus mandatos.

A mensagem remete à medida cautelar aprovada pela CIDH em 2011 para barrar as obras da usina de Belo Monte. A decisão enfureceu o Brasil, que retirou Ruy Casaes, embaixador na OEA, do posto. Desde então, o país é representado no órgão por diplomatas de menor escalão.

"Não é só Belo Monte. O Brasil está incomodado com casos que chegam à Corte de Direitos Humanos. Está jogando o bebê e a água do banho fora", diz Beatriz Affonso, da ONG Cejil no Brasil.

Com Chávez e Correa. Assembleia da Organização dos Estados Americanos – OEA. Merval Pereira – O Globo. 02/06/2012

Depois de ter bloqueado na Unesco o Plano de Ação das Nações Unidas para proteção de jornalistas e contra a impunidade nos crimes contra esses profissionais, em companhia de Índia e Paquistão, o Brasil tende a apoiar na Assembleia da Organização dos Estados Americanos (OEA) que começa amanhã na Bolívia um plano urdido por Equador e Venezuela para tirar a autonomia da Relatoria de Liberdade de Expressão daquele organismo, afetando grandemente o sistema interamericano de direitos humanos, que,

segundo os especialistas, é exemplo invejado por outras regiões do mundo.

Tudo indica que a presidente Dilma ficou furiosa com a interferência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) a favor dos indígenas - exigindo através de medida cautelar a interrupção da construção da hidrelétrica de Belo Monte - e estaria dando o troco agora, ao lado de Chávez e Correa nesta manobra.

A Relatoria Especial foi criada para promover a consciência pelo pleno respeito à liberdade de expressão e informação no Hemisfério, para o fortalecimento do sistema democrático. Segundo José Miguel Vivanco, da Human Rights Watch, ela agora corre o risco de perder sua independência e funcionalidade com recomendações apresentadas nos últimos meses por países como Equador, Venezuela e Nicarágua, que lideram esse processo, motivados pelos pronunciamentos da CIDH contra agressões aos direitos humanos.

O governo brasileiro apoia o movimento, pois considerou as solicitações da OEA com relação a Belo Monte "precipitadas e injustificáveis". A Relatoria Especial de Direitos Humanos é a única do CIDH que faz relatórios

separados sobre temas específicos, e os especialistas em direitos humanos afirmam que, com o recurso às medidas cautelares, centenas de vidas foram protegidas de grupos violentos e dos próprios governos.

Vivanco ressalta que, através do sistema de informes sobre países, a Relatoria Especial denunciou abusos cometidos na Venezuela contra a liberdade de expressão, assim como a falta de independência judicial e os

graves problemas de violência no país.

A Relatoria Especial, segundo o representante da Human Rights Watch, tem apoiado processos a favor da liberdade de expressão em vários países da região; redigido manifestos contra as graves violações a esse direito; assessorado jornalistas e organizações da sociedade civil; lutado ao lado de jornalistas condenados no cumprimento da profissão; e defendido pessoas cujo único delito foi manifestar seu pensamento crítico.

Esses mecanismos de atuação autônoma é que alguns países querem abolir para, na definição de Vivanco, "ter um sistema interamericano à imagem e semelhança do que fizeram em seus próprios países". Esses mecanismos de atuação autônoma é que alguns países querem abolir para, na definição de Vivanco, "ter um sistema interamericano à imagem e semelhança do que fizeram em seus próprios países".

Com o apoio desses países, incomodados com a supervisão internacional, o Conselho Permanente da OEA aprovou uma série de "recomendações" à CIDH, a maioria das quais se destina a debilitar o mecanismo de medidas cautelares, a capacidade da comissão de fazer informes especiais de países, como os que já foram feitos sobre Venezuela, Colômbia, Honduras ou Cuba, e principalmente a Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão.

Há, por exemplo, a recomendação de que o investimento em todas as relatorias da CIDH seja o mesmo, o que prejudicaria a atuação da Relatoria para a Liberdade de Expressão, que recebe mais do triplo dos recursos de todas as outras devido a financiamento externo, que seria proibido.

Além disso, a sugestão de implantação de um código de conduta na prática impedirá a publicação de seus tradicionais comunicados, muitos com críticas às atitudes de países como o Equador e a Venezuela contra a livre expressão.

As alterações preveem também que o informe anual da relatoria seja breve e sobre toda a região, e não separado por país.

Por enquanto são apenas "recomendações", e países como Estados Unidos, Chile, Canadá, México e Costa Rica defendem a tese de que a CIDH é autônoma e independente para decidir se as adota ou não.

O Equador, no entanto, propôs que se levasse o assunto para a Assembleia Geral da OEA que começa amanhã em Cochabamba, na Bolívia, e apresentou um projeto de resolução segundo o qual a Assembleia assume como suas as recomendações e exige que a CIDH as cumpra. O presidente do Equador, Rafael Correa, considera que a OEA "está totalmente dominada pela influência dos Estados Unidos e serve aos interesses da política exterior desse país".

E classificou de "parcial" a atuação do CIDH, que é presidida pelos Estados Unidos. Para Correa, "o poder midiático na América Latina supera o poder do Estado, e muitas vezes governos progressistas são perseguidos por este poder".

A Assembleia se reunirá a partir de amanhã para analisar três alternativas: se as recomendações devem ser adotadas de maneira obrigatória, como quer o Equador com o apoio de vários países, inclusive o Brasil; se a própria Assembleia Geral assume a tarefa de reformar as normas que regulam a Comissão de Direitos Humanos, como quer o secretário-geral da OEA, José Miguel Insulza; ou se as reformas da CIDH devem ser estudadas com a participação de vários organismos representativos de diversos setores, a fim de que, com a autonomia que tem, decida se é realmente preciso fazer alguma mudança nos atuais métodos. perseguidos por este poder".

A Assembleia se reunirá a partir de amanhã para analisar três alternativas: se as recomendações devem ser adotadas de maneira obrigatória, como quer o Equador com o apoio de vários países, inclusive o Brasil; se a própria Assembleia Geral assume a tarefa de reformar as normas que regulam a Comissão de Direitos Humanos, como quer o secretário-geral da OEA, José Miguel Insulza; ou se as reformas da CIDH devem ser estudadas com a participação de vários organismos representativos de diversos setores, a fim de que, com a autonomia que tem, decida se é realmente preciso fazer alguma mudança nos atuais métodos.

Segundo José Miguel Vivanco, da Human Rights Watch, a única chance de salvar o CIDH e sua Relatoria Especial do claro processo de enfraquecimento a que estão sendo submetidos é que o grupo de países que já se manifestou pela autonomia da comissão reitere sua posição contra a proposta do Equador.

O Brasil não está entre esses países.

Brasil vai recorrer à OMC contra África do Sul. Assis Moreira – Valor Econômico (Capa). 05/06/2012

O governo brasileiro se prepara para sua primeira disputa na Organização Mundial do Comércio contra um integrante do grupo dos Brics. Na próxima segunda-feira, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) deve dar sinal verde para o país abrir duas disputas contra a África do Sul, contestando barreiras às exportações brasileiras de carnes de frango e suína, que causam prejuízo de milhões de dólares.

O plano é acionar inicialmente a OMC contra a barreira antidumping imposta por Pretoria à carne de frango. A formalização do caso sobre os suínos virá em seguida, se os sul-africanos não demonstrarem disposição em resolver logo os dois contenciosos.

A impressão de boa parte das autoridades envolvidas nas discussões é que Pretoria, parecendo apoiar-se na aproximação Sul-Sul, ignorou uma solução para os dois casos, acreditando que não seria denunciada na OMC.

Brasil vai à OMC contra África do Sul por barreiras às exportações brasileiras. Assis Moreira – Valor Econômico. 05/06/2012

Pedro Camargo Neto, presidente da Abipecs: "É uma barreira absurda"

O governo brasileiro prepara-se para abrir a primeira disputa contra um sócio do grupo dos Brics, na Organização Mundial do Comércio (OMC), em meio à deterioração econômica global. A Câmara de Comércio Exterior (Camex) deverá dar o sinal verde na próxima segunda-feira para o país abrir duas disputas contra a África do Sul, contestando barreiras contra as exportações brasileiras de carnes de frango e suína, que causam prejuízo de milhões de dólares.

O plano é acionar inicialmente a OMC contra a barreira antidumping imposta por Pretoria no caso da carne de frango. A formalização do caso sobre os suínos virá em seguida, se os sul-africanos não mostrarem disposição de resolver logo os dois contenciosos.

A África do Sul é um dos integrantes dos Brics, ao lado de Brasil, China, Índia e Rússia. O sentimento de boa parte das pessoas envolvidas nas discussões é que Pretoria, parecendo se apoiar na aproximação Sul-Sul, ignorou uma solução para os dois casos, acreditando que não seria denunciada na OMC.

Segundo fontes, o Brasil tomou todas as preocupações para evitar um conflito na OMC. Negociadores chegaram a discutir uma barganha entre o frango brasileiro e o vinho sul-africano, mas o governo da África do Sul não mostrou interesse em aprofundar a negociação. Depois de várias conversas em nível ministerial, o Brasil insistiu com proposta de consulta informal em Genebra. Os sul-africanos sequer responderam.

Com relação à carne de frango, Pretoria aplicou sobretaxa antidumping variando entre 6%, 46% e 62,9%, dependendo da empresa exportadora. A medida provisória está perto de se tornar definitiva, especificamente no caso do peito de frango.

"A investigação não respeitou as regras da OMC", diz Ricardo Santin, diretor da União Brasileira de Avicultura (Ubabef). "A sobretaxa se aplica a 12% de nossas exportações para lá, o que é equivalente a 3% da produção local. Como é possível que o Brasil exporte para 150 países e somente na África do Sul é que faça dumping? Isso não existe, não fazemos dumping. Eles é que fizeram cálculos totalmente sem sentido."

Segundo a Ubabef, os exportadores sofrem prejuízo de US\$ 70 milhões, mas esse valor pode mais que dobrar, se a África do Sul estender a sobretaxa para coxa de frango, como vem sendo estudado em Pretória.

Quanto à carne suína, a África do Sul proibiu a entrada do produto brasileiro desde 2005, alegando razões sanitárias. "É uma barreira absurda", diz Pedro Camargo Neto, presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs). "Ficamos fora do mercado, enquanto eles passaram a importar mais do Canadá e dos EUA."

Para produtores brasileiros, o prejuízo não é só financeiro em termos diretos. A barreira atrapalha também na venda para o resto do continente africano. "A África do Sul é uma referência na região, essa aplicação de SPS [medida sanitária e fitossanitária] traz um prejuízo adicional", diz Camargo Neto.

Em recente conversa com o Valor, o ministro de Comércio da África do Sul, Rob Davies, alegou que os conflitos com o Brasil eram da alçada do Ministério de Agricultura. Ocorre que aplicação de antidumping é responsabilidade do ministério comandado por ele.

Com a deflagração do mecanismo de disputa na OMC, haverá, na fase inicial, prazo de 90 dias para consultas formais numa última tentativa de acordo. Em caso de novo fracasso, o Brasil pede a formação de um painel (comitê de especialistas), que decidirá sobre a legalidade da barreira sul-africana. Mas essas disputas demoram anos. Disputas entre o Brasil e parceiros em desenvolvimento já ocorreram na OMC, com a Argentina, Índia e Peru, por exemplo.

A tendência global é de mais disputas comerciais, em meio a mais competição entre os países para não perderem fatias de mercado. Em cinco meses, a OMC recebeu 11 pedidos de deflagração do mecanismo de disputas comparado a 8 pedidos em 2011. Além disso, proliferaram medidas não previstas na legislação. São práticas administrativas, através de instruções verbais por parte de autoridades, para frear importações.

Brasil e Argentina voltam a negociar. Objetivo é destravar exportações dos dois lados e evitar que relação saia arranhada. Vivian Oswald – O Globo. 05/06/2012

Argentinos e brasileiros devem rediscutir a relação, a partir hoje, em reuniões entre representantes dos dois governos em Buenos Aires. Diante de problemas cada vez maiores para fechar as contas externas, os vizinhos têm restringido as importações, sobretudo do Brasil, seu principal parceiro comercial. A ideia é

colocar na ponta do lápis que medidas podem ser tomadas para destravar as exportações dos dois lados e evitar que o relacionamento entre ambos os parceiros continue arranhado. Somente em maio, as vendas brasileiras para a Argentina registraram queda de 15,9%.

A redução foi ampla e atingiu os setores de veículos automóveis e partes, pneumáticos, aparelhos transmissores e receptores, minério de ferro, autopeças, móveis, instrumentos de verificação, chassis com motor, medicamentos, óleos combustíveis e polímeros plásticos. Os calçados ainda são os mais afetados pelos obstáculos impostos pelos argentinos.

País não aceita situação que favorece China. O Brasil entende os problemas econômicos enfrentados pela Argentina, mas não se conforma com o fato de

as compras da China, por exemplo, não estarem registrando quedas na mesma proporção. Enquanto as vendas brasileiras caíram 11% de janeiro a abril, as da China diminuíram apenas 3% no período. Esse é um dos argumentos que o governo brasileiro levará aos argentinos.

Dados da Associação Brasileira de Calçados (Abicalçados) indicam que 1,4 milhão de pares continuam bloqueados na fronteira argentina dependendo de licença. Deste total mais de 200 mil acabam de completar, neste mês, um ano de espera. Com isso, as exportações do setor calçadista brasileiro para a Argentina já registram queda de 55% até abril em volume e 48% em faturamento.

As arestas com a Argentina devem reduzir os ganhos dos exportadores brasileiros com o câmbio mais alto. Isso porque a alta do dólar tem mais influência sobre os produtos manufaturados - as commodities têm cotações definidas internacionalmente - e é para a Argentina que o país vende a maior quantidade destes produtos: 22%.

É com grande expectativa que empresários dos dois lados aguardam notícias destes encontros que terminam amanhã. O presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, a Argentina continua sendo um mercado prioritário para o Brasil.

- Cada vez que o Brasil puder reduzir o superávit com a Argentina, dando prioridade à importação de produtos daquele país, abre caminho para as nossas exportações de manufaturados. É uma política pensando para frente - disse Castro.
-

Argentina exclui Brasil de nova medida protecionista. César Felício – Valor Econômico. 08/06/2012

Na antevéspera de mais uma reunião bilateral de comércio entre Brasil e Argentina, em um momento tenso da relação entre os dois países, Cristina Kirchner adotou uma medida protecionista potencialmente benéfica ao Brasil. A partir de 1º de julho, as tarifas de importação para o setor de bens de capital, hoje em zero, vão para 14% para as compras de bens com similar nacional e para 2% sem similar. A norma não vale para as importações oriundas do Brasil, mas para os produtos de fora do Mercosul.

"O aumento da tarifa visa neutralizar a competição desleal originada pela crescente oferta de bens de países extrazona, onde os níveis de atividade econômica se deterioram cada vez mais", disse a presidente argentina, ao anunciar a medida na quarta-feira.

O Brasil já taxa as importações de bens de capital extrazona com os mesmos parâmetros da Argentina e pressionava o país vizinho a fazer o mesmo havia mais de dez anos. A Argentina decidiu isentar essas importações em 2001, ainda no governo De La Rúa, dentro de um frustrado programa de incentivo à competitividade lançado pelo então ministro da Economia, Domingo Cavallo. Hoje, o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Alessandro Teixeira, deve se reunir com o secretário de Comércio Interior, Guillermo Moreno, e com a secretária de Comércio Exterior, Beatriz Paglieri.

"É uma medida que agrada ao Brasil, mas também favorece ao setor produtor de bens de capital na Argentina e ajuda a irrigar as contas públicas em um momento de queda de arrecadação. Por outro lado, é óbvio que torna os investimentos mais caros", disse Marcelo Elizondo, da consultoria DNI e ex-chefe da agência argentina de promoção de exportações.

As importações na Argentina de forma geral estão em queda desde fevereiro, quando passaram a depender de uma autorização caso a caso, expedida por autoridades do governo contra a apresentação de uma declaração jurada dos importadores. No primeiro quadrimestre, houve uma queda de 22% em quantidade e 14% em valor nas importações de bens de capital em relação ao mesmo período no ano passado. As compras oriundas do Brasil caíram acima dessa média.

Nos quatro primeiros meses do ano, de acordo com a informação do próprio governo argentino, houve uma redução de 19% nas importações de bens de capital brasileiros, em relação ao primeiro quadrimestre de 2011. Os bens de capital corresponderam a US\$ 3,7 bilhões dos US\$ 20 bilhões importados pela Argentina.

A retração das importações afetou a arrecadação. Segundo o último balanço da receita local, os direitos sobre importações subiram em pesos nominalmente apenas 0,7% de janeiro a maio em relação ao mesmo período no ano passado, percentual pouco significativo levando em conta até mesmo a desvalorização cambial, que está acumulada em 4,6% em 2012. O tributo corresponde a cerca de 9% da arrecadação total do país.

Brasil vai à OMC contra sobretaxa ao frango adotada pela África do Sul – Folha de São Paulo, Mercado. 12/06/2012

O Brasil contestará a África do Sul na Organização Mundial de Comércio em razão de medidas protecionistas contra a exportação de aves.

A Camex (Câmara de Comércio Exterior), que reúne sete ministros, autorizou o Itamaraty a dar início a consultas formais junto à África do Sul a respeito da sobretaxação imposta ao frango desde fevereiro.

A medida foi adotada pelo governo sul-africano depois de uma investigação levantar indícios de "dumping" -quando um produto é exportado a valores inferiores ao preço de custo no seu país de origem- pelos exportadores brasileiros.

O Ministério do Desenvolvimento, que preside a Camex, disse que os produtores brasileiros estimam que a taxação imposta ao Brasil gere prejuízo de US\$ 70 milhões ao ano

Brasil tem chance de ter papel principal no desenvolvimento do agro africano. Marcos Fava Neves – Folha de São Paulo, Mercado. 13/06/2012

A África apresenta duas grandes oportunidades para a expansão das organizações agrícolas brasileiras. Fruto de discussões no evento anual da câmara de negócios agrícolas da África do Sul, este texto foca em duas Áfricas: a consumidora de alimentos brasileiros e a produtora de alimentos para atender à crescente demanda mundial.

A África consumidora de alimentos brasileiros vem tendo continuamente crescimento médio maior que o da Ásia, e seu PIB agregado foi de US\$ 1,6 trilhão em 2010, devendo chegar a US\$ 2,6 trilhões em 2020.

Países como Angola, Moçambique, Ruanda, Nigéria e Etiópia cresceram, em média, mais de 8% ao ano na década. O mercado interno africano já é estimado em US\$ 1 trilhão, devendo chegar US\$ 1,4 trilhão em 2020. O deficit de produção de alimentos aumentou em 50 milhões de toneladas em cinco anos, quando considerado com o Oriente Médio, sendo os países com o maior deficit entre produção e consumo no mundo.

Alinhado a esse crescimento, a África consumia 3% das exportações totais de US\$ 20 bilhões do agro brasileiro em 2000, e já consumia 9% das exportações de US\$ 95 bilhões em 2011, uma importância maior que os EUA, que ficaram com 7% do total exportado pelo Brasil. Esta é a oportunidade ao Brasil vinda da África grande consumidora de alimentos.

Sobre a África produtora de alimentos, são primordiais as terras africanas para suprir o alimento e o biocombustível desejados tanto pelos africanos como pelos chineses, indianos e outros. Só o Brasil não será suficiente para suprir a demanda mundial.

Hoje a África usa 200 milhões de hectares em atividades agrícolas, mas estimativas mostram quase 600 milhões que podem ainda ser usados para produção, com destaque para Sudão (70 milhões), Congo (60 milhões), Angola (50 milhões), Zâmbia (50 milhões), Moçambique (40 milhões) e Tanzânia (40 milhões), entre outros.

Desses 600 milhões, cerca de 140 milhões são considerados muito aptos, 225 milhões são aptos, 140 milhões são moderadamente e 90 milhões têm aptidão marginal.

Aqui vem a oportunidade. Para a expansão agrícola, podem ser de maior benefício para a África os empreendimentos com modelos organizacionais que envolvam empresas agrícolas ou cooperativas brasileiras detentoras de tecnologia e capacidade de gestão - o modelo onde terras africanas são compradas ou alugadas por grandes consumidores como China, Índia, Coreia, entre outros, vêm recebendo sérias críticas da sociedade africana.

São grandes as oportunidades existentes ao agro brasileiro na África consumidora e produtora. Existe proximidade cultural, de idioma e de interesses e o momento de participar na onda do crescimento africano é agora.

MARCOS FAVA NEVES é professor titular de planejamento e estratégia na FEA/USP (campus Ribeirão Preto) e coordenador científico do Markestrat. Este texto foi escrito na África do Sul.

No G-20, país defenderá estímulo a crescimento. Sergio Lamucci – Valor Econômico. 13/06/2012

O governo brasileiro vai defender com ênfase o estímulo ao crescimento, e não a austeridade, como a resposta mais adequada à crise global na cúpula dos líderes do G-20, a ser realizada na segunda e na terça-feira da semana que vem, em Los Cabos, no México. A concentração de esforços dos países europeus em medidas de consolidação fiscal tem minado a própria situação das contas públicas, ao deprimir ainda mais as economias que já estavam em dificuldades, disse ontem uma fonte do governo brasileiro que acompanha de perto as negociações do G-20 - o grupo de 19 países mais a União Europeia (UE), responsáveis por cerca de 90% do PIB mundial. O encontro do G-20 começará no dia seguinte às eleições na Grécia, cujo desfecho pode levar o país a sair da zona do euro, o que tenderia a intensificar ainda mais as incertezas na economia global.

"A política monetária tem sido suficiente até o momento para evitar uma crise bancária maior, mas não para gerar uma dinâmica de crescimento e sustentação da atividade econômica", afirmou a fonte, em referência à ação do Banco Central Europeu (BCE) de emprestar, em dezembro do ano passado e em fevereiro deste ano, cerca de € 1 trilhão aos bancos da zona do euro, a juros baixíssimos. Segundo a fonte, o Brasil propõe que os países com espaço para promover estímulos fiscais devem fazê-lo, para incentivar a claudicante atividade econômica europeia.

Esse debate, notou ele, tem ganhado corpo na própria Europa, como ficou claro depois da eleição francesa, vencida pelo socialista François Hollande, adversário das políticas que dão prioridade a medidas de esforço fiscal. "A discussão de dar mais atenção à retomada do crescimento também deve crescer de importância no G-20, mas é obviamente um exercício de coordenação. A implementação depende dos governos nacionais."

A resistência mais forte, naturalmente, deve partir da Alemanha, defensora ferrenha da austeridade fiscal como resposta à crise na zona do euro. De acordo com a fonte, há

"uma percepção crescente nos grupos de trabalho" de que a agenda do crescimento tem que ser mais importante, mas os alemães mostram-se resistentes a essa questão.

Outro ponto relevante da cúpula será o aporte dos países dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) para o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em abril, os países do G-20 concordaram em reforçar o caixa do fundo em US\$ 430 bilhões, para ampliar a barreira anticrise da instituição multilateral. No dia 18, antes da reunião do G-20, a presidente Dilma Rousseff vai se encontrar com os outros líderes dos Brics para discutir esses detalhes. É possível que seja definido o valor que cada país do grupo vai oferecer ao FMI. No caso do Brasil, a quantia de US\$ 10 bilhões - a mesma do aporte feito pelo país em 2009 - é um "ponto de partida", mas nada está decidido por enquanto. "Pode ser mais, pode ser menos."

A fonte destacou a "frustração" do Brasil com o ritmo de reformas da governança do FMI e do Banco Mundial. O país quer ter mais poder de voto, mas está descontente com a evolução das discussões, marcadas por forte resistência dos países que podem perder espaço nas decisões do FMI e do Banco Mundial para emergentes como o Brasil.

Outros assuntos também serão tratados no encontro, mas deverão ser ofuscados especialmente pela urgência da crise europeia. A questão da regulação financeira internacional estará na pauta de discussões, mas não devem surgir grandes novidades nesse front, num momento em que se discute abertamente a saída da Grécia da zona do euro e o recém anunciado pacote de € 100 bilhões para tentar blindar os bancos espanhóis ainda provoca dúvidas sobre a sua eficácia.

Os participantes também vão conversar sobre os mercados de commodities. No ano passado, a discussão sobre o assunto concentrou-se nas causas da volatilidade excessiva dos preços desses produtos. Agora, o debate deve focar nas consequências desse movimento para países exportadores e importadores de commodities. Um tema importante, mas tampouco um candidato a ter destaque, num quadro de grave crise europeia.

G20 defenderá crescimento em texto final. Clóvis Rossi – Folha de São Paulo, Mundo. 18/06/2012

Grupo das 20 maiores economias do planeta se reúne no México para discutir a crise

O comunicado final da sétima cúpula do G20, praticamente finalizado ontem, véspera de sua inauguração, dá prioridade ao crescimento, com criação de empregos, em relação ao que o jargão batiza de consolidação fiscal -ou seja, políticas de austeridade destinadas a reduzir dívida e deficit públicos.

É o desenlace do debate entre crescimento e austeridade, que marcou as cúpulas do grupo das 20 maiores economias do planeta desde que a primeira fase da crise global amainou em 2010.

A formulação do documento não deve fugir muito à tese norte-americana de que o urgente é promover a criação de emprego, via crescimento, ficando para o médio prazo uma "significativa redução do deficit", conforme Michael Froman, o principal negociador dos EUA.

É o inverso da posição da Alemanha, que insiste em que o caminho do crescimento começa pelo ajuste das contas públicas.

O desenlace do debate é na verdade inconclusivo: o texto também dirá que aplicar as receitas definidas em Los Cabos depende das condições de cada país. Quem tem margem para gastar mais, que o faça; quem não tem, que se ajuste -o que deixa a moldura geral da política econômica global mais ou menos do jeito que está.

A delegação brasileira notou, no entanto, sutil mudança na posição alemã, em comparação com o documento da cúpula anterior (Cannes, novembro). Nela, havia perfeita equivalência entre crescimento e austeridade.

O comunicado dizia que "as economias avançadas se comprometem a adotar políticas para criar confiança e respaldar e implementar medidas claras, críveis e específicas para obter a consolidação fiscal".

A leve mudança parece refletir o agravamento da crise desde a mais recente reunião de ministros de Economia do G20, em abril: nela, os ministros diziam que "recentes desenvolvimentos apontam para a continuação de uma modesta recuperação global".

Agora, o Rastreamento de Índices para a Recuperação Econômica Global, da Brookings Institution e do "Financial Times", diz que "a recuperação está se procrastinando".

Sobre a Grécia, os negociadores do G20 preferiram deixar o capítulo inteiramente em branco, para que os governantes decidam o que dizer, se é que, nos dois dias em que estiverem reunidos, ficará definido o novo governo.

Tampouco está definido o montante de recursos que os países Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) aportarão ao FMI, para ajudar a custear ajuda a países em dificuldades, especialmente os europeus.

Só hoje é que a presidente Dilma Rousseff, que chegou ontem, se reúne com seus colegas para discutir o assunto.

G-20 quer prioridade a crescimento na Europa. Flávia Barbosa – O Globo. 18/06/2012

Alemanha cede à pressão, mas quer dar peso à consolidação fiscal de países endividados

Felipe Calderon, presidente do México, diz que colchão do FMI contra crise pode aumentar AFP LOS CABOS (México). A Alemanha cedeu à pressão dos demais países que compõem o G-20 (grupo das 20 maiores economias do mundo) e o documento final da cúpula de governantes, que começa hoje no México, expressará o compromisso da zona do euro com a busca de políticas que incentivem a retomada do crescimento na região. No entanto, os alemães ainda resistem a tornar este o foco do plano de recuperação e insistem em dar peso considerável à consolidação fiscal dos países endividados como solução da crise.

As negociações técnicas, que acontecem desde quinta-feira em Los Cabos, refletem mudança gradual de discurso da chanceler alemã, Angela Merkel. Ela está sob pressão dos principais líderes internacionais para relaxar a restrição fiscal imposta aos países europeus nos últimos anos, como saída à crise da dívida soberana.

- Até a cúpula de Cannes (em novembro passado), os europeus abriam muito pouco espaço para o componente crescimento nos compromissos. Mas o balanço de forças mudou e há impacto da pressão internacional. Funcionou. Haverá um parágrafo de Europa no documento desta cúpula que expressará o compromisso

com um movimento geral para encontrar formas de se estimular o crescimento - afirmou ao GLOBO uma fonte que participa das negociações.

Alemães oferecem resistência sobre quão abrangente será esta busca do crescimento, para evitar a mensagem de que a zona do euro tratará como secundária a reestruturação fiscal de Espanha, Grécia, Itália e Portugal. Os negociadores buscam uma forma de expressar um receituário geral. Por exemplo, na diferença de tratamento entre despesas com infraestrutura e com a máquina administrativa. Na última semana, autoridades europeias deram indicações de que a qualificação das despesas pode ser um dos principais alvos do novo plano de resgate, que será aprovado pelos 17 países que utilizam o euro na reunião de cúpula dos dias 28 e 29 de junho.

Outro ponto importante será a união bancária, com uma supervisão politicamente mais forte. Cogita-se que o Banco Central Europeu (BCE) poderá assumir este papel, no lugar da enfraquecida Autoridade Bancária Europeia. O documento final do G-20 terá um parágrafo sobre regulação bancária.

A presidente Dilma Rousseff chegou ontem a Los Cabos. Ela participa na manhã de hoje de reunião dos chefes de Estado e governo do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Além de alinhar posições, o bloco vai decidir se anuncia o valor do aporte ao colchão de proteção global de US\$ 430 bilhões.

No sábado, tentando demonstrar o clima de concertação internacional para resgatar o mundo da crise, o presidente do México, Felipe Calderón, que preside o G-20, disse que o chamado firewall do FMI pode até crescer. Dilma terá ainda encontro com o primeiro-ministro da Itália, Mario Monti. A "Declaração de Los Cabos" será divulgada na tarde de terça-feira.

Adoção de políticas de estímulo domina reunião do G-20. Sergio Lamucci – Valor Econômico. 18/06/2012

Com a crise da zona do euro no centro das preocupações, a cúpula dos líderes do G-20 começa hoje em Los Cabos, no México, devendo colocar políticas de estímulo ao crescimento no topo da agenda de recomendações, além de cobrar dos países europeus uma ação decidida para preservar a moeda única e afastar os riscos de problemas mais graves nos bancos. O encontro do grupo se inicia num clima ainda tenso, embora as incertezas tenham diminuído um pouco com a vitória nas eleições gregas do partido Nova Democracia, favorável à manutenção do acordo de ajuda da Europa e do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao país. A situação da Grécia será discutida na reunião dos governantes dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), marcada para a manhã de hoje.

A Europa deve dominar as discussões no G-20, mesmo que o risco de a Grécia deixar a zona do euro tenha se reduzido. A situação europeia segue delicada. A Espanha, por exemplo, continuou a apanhar dos mercados na semana passada, apesar do anúncio de um pacote de socorro de até € 100 bilhões para capitalizar seus bancos.

A combinação da defesa de medidas de incentivo à atividade econômica e da crítica à ênfase exagerada na austeridade fiscal tornou-se dominante dentro do G-20, o grupo que reúne 19 países mais a União Europeia. Nas reuniões preparatórias para o encontro, a

Alemanha, como era de se esperar, mostrou maior resistência a recomendações pró-crescimento, segundo uma fonte do governo brasileiro.

Uma das principais novidades desta cúpula é que a alemã Angela Merkel perdeu a companhia do francês Nicolas Sarkozy em sua pregação pró-austeridade. O socialista François Hollande, que derrotou Sarkozy, enfatiza sempre a importância de medidas de estímulo ao crescimento. Na semana passada, mesmo a encrocada Itália anunciou medidas para promover o crescimento, injetando € 80 bilhões na economia.

Outro ponto importante dentro do G-20 é a expectativa de que os EUA assumam o compromisso de tentar impedir que se concretize o chamado "abismo fiscal" em 2013. O impasse entre democratas e republicanos criou o risco de que, no começo do ano que vem, haja simultaneamente fortes reduções de gastos e o fim de isenções de impostos. Sem um acordo, haverá uma contração fiscal violenta. Ainda que a situação das contas públicas americanas não esteja uma maravilha, a avaliação generalizada é de que o país ainda tem espaço no front fiscal, não sendo necessário promover drásticas reduções de gastos ou exagerados aumentos de impostos.

A presidente Dilma Rousseff terá uma posição firme a favor de políticas de estímulo ao crescimento, destacando que a estratégia atual, de privilegiar o aperto nas contas públicas, está longe de ser bem sucedida. A austeridade exagerada tem contribuído para enfraquecer a atividade econômica, elevando o desemprego e piorando os próprios indicadores fiscais, avalia o governo brasileiro.

Dilma chegou ontem a Los Cabos, mas não falou com a imprensa. Apenas um ministro acompanha Dilma em sua viagem ao México - Guido Mantega, da Fazenda.

Hoje pela manhã, antes da abertura oficial do encontro do G-20, Dilma participará de um encontro com os outros líderes dos Brics. No caso da Grécia, a tendência é de que os Brics defendam a linha de que austeridade é importante, mas com crescimento, disse outra fonte do governo brasileiro.

Além disso, os países do grupo devem afinar o discurso e adotar uma posição conjunta em relação ao FMI. Deverão deixar claro que estão dispostos a colaborar com mais recursos para enfrentar a crise, mas querem em contrapartida a aceleração do andamento das reformas das instituições multilaterais, que darão mais poder de voto aos emergentes.

Depois do evento com os Brics, Dilma terá uma reunião bilateral com o primeiro-ministro italiano, Mario Monti, também antes do começo do encontro do G-20. No início da noite, após as reuniões de trabalho do grupo do G-20, a presidente terá outro encontro bilateral, desta vez com o presidente da Rússia, Vladimir Putin.

Uma semana para não ser esquecida. Luiz Carlos Mendonça de Barros – Valor Econômico. 18/06/2012

Quando esta coluna for lida no **Valor** de segunda-feira, já será conhecido o resultado das eleições parlamentares na Grécia e os mercados financeiros na Ásia já estarão reagindo a ele. Felizmente os líderes do chamado G-20 prepararam, antecipadamente, um plano concertado de ação para enfrentar o pior. Uma questão fortuita facilitou essa ação na medida em que estavam previamente agendadas para esta semana uma reunião formal

do G-20 no México e uma outra dos ministros das Finanças da Europa. Nesses dois fóruns é que terão que ser decididas as medidas concretas para estabilizar os mercados financeiros no curto prazo, pelo menos.

As alternativas de ação dos países mais ricos para lidar com a crise de confiança dos mercados dependem de qual dos caminhos possíveis foi o escolhido pelo eleitor no país de Sócrates: a vitória de uma coligação comprometida com a Europa, a de um grupo de esquerda radical e que prega uma ruptura com os acordos já negociados e, finalmente, a necessidade de realização de novas eleições.

No caso da formação de um governo comprometido com a Europa os mercados devem reagir bem e algum tempo mais será dado aos líderes europeus para definir um plano de voo de médio prazo para estabilizar a Zona do Euro. Nesse caso não será preciso acionar o Plano de Emergência que está sendo articulado pelos Bancos Centrais do G-20 e as atenções vão se voltar para a reunião dos ministros europeus. Esses senhores estarão reunidos por dois dias, preparando a agenda para o encontro dos chefes de Estado que será realizada na semana seguinte.

A agenda a ser definida necessariamente terá que apresentar uma solução clara e crível para que o mercado consolide uma visão mais otimista sobre o futuro. Infelizmente, as informações disponíveis mostram ainda que, apesar de algumas novas ideias interessantes, não existe uma agenda consistente de ações imediatas. Conceitos corretos como a busca de uma integração fiscal maior entre os países do euro, um redesenho dos sistemas financeiros nacionais e a criação de um novo arranjo institucional para os maiores bancos europeus não serão suficientes para convencer investidores e empresas que a Europa Unida não vai se desintegrar. Será preciso mostrar como todos esses objetivos serão atingidos.

Uma ideia nova que tem circulado na imprensa internacional - a criação de um Fundo Europeu para mutualizar parte das dívidas nacionais - traz uma alternativa para permitir um ajuste mais suave no endividamento público e abrir algum espaço para uma política de estímulo ao crescimento. Essa ideia - sugerida pela associação de economistas da Alemanha - é muito parecida com a adotada pelo governo Fernando Henrique Cardoso em 1999 para lidar com o elevado endividamento da maioria dos estados brasileiros. E os resultados aqui no Brasil foram muito positivos.

Na Europa a proposta é a de se criar um fundo supranacional que assumiria a parcela da dívida pública, de todos os países, que supere o limite de 60% do PIB. No caso da Europa de hoje, os 17 países da zona do euro seriam elegíveis para participar desse mecanismo. Até mesmo a poderosa Alemanha participaria desse clube dos endividados, o que certamente facilitaria sua aprovação nos países que ainda se mostram reticentes em dividir os ônus da estabilização financeira da Europa.

Mesmo com um reequilíbrio político entre os defensores radicais da austeridade fiscal e aqueles que defendem a necessidade da volta do crescimento econômico criado pela vitória dos socialistas franceses, parece que estamos ainda muito distantes da construção de um consenso. Por isso, mesmo com um cenário positivo na Grécia, os mercados não vão deixar de lado a postura especulativa sobre um fim inglório para o sonho da Europa Unida e a crise deve continuar.

A segunda alternativa para as eleições gregas - a vitória da esquerda radical - deverá mergulhar os mercados em todo o mundo no modo pânico. A ruptura com os acordos

negociados defendida publicamente pelo Syriza levará certamente a uma moratória na Grécia e, no final de um processo dramático, à troca de sua moeda. Como não existem mecanismos legais que lidem com essa possibilidade, o pânico vai ser legítimo. Mas não apenas na Grécia, pois certamente o medo de um final semelhante em países como Portugal, Irlanda e Espanha - porque não a Itália? - tomará conta de todos.

Nessa situação apenas uma ação conjunta e orquestrada dos Bancos Centrais do G-20 a partir da noite de domingo nos mercados de câmbio, juros e de títulos soberanos poderá evitar um Armagedon financeiro e econômico. Mesmo assim o risco de fracasso dessas iniciativas é grande e assustador para qualquer analista com um mínimo de conhecimento de crises financeiras passadas.

Além desse movimento dos Bancos Centrais, os líderes políticos do mundo todo terão que encontrar na reunião do G-20 energia e coragem para construir um pacote de intervenção mais amplo para trazer de volta um mínimo de confiança aos mercados e, com isso, evitar uma nova depressão econômica que poderá fazer a dos anos trinta do século passado uma experiência menor.

Por tudo isto vou passar um fim de semana com muito medo e apreensão.

Novas alianças estratégicas? Daniel Aarão Reis – O Globo. 19/06/2012

Nesta primeira década do século XXI, apesar de não receberem a devida atenção, duas articulações têm ganhado destaque na política externa brasileira: o Ibas, desde 2003, reunindo a Índia, o Brasil e a África do Sul; e o Brics, a partir de 2006, congregando Brasil, Rússia, Índia, China e, admitida em 2011, a África do Sul. Entre 2003 e 2011, o Ibas realizou cinco encontros de chefes de Estado e sete reuniões trilaterais, presididas pelos ministros de relações exteriores, constituindo 16 grupos de trabalho sobre agricultura, energias renováveis, ciência e tecnologia, defesa, educação, saúde (patentes farmacêuticas), meio ambiente e mudança climática. Enfatizando compromissos democráticos no contexto de nações pluriétnicas, as declarações aprovadas defenderam o crescimento econômico e a equidade social, a reforma das instituições internacionais (entre outras, o FMI, o Banco Mundial e a própria ONU, em particular seu Conselho de Segurança), criadas no pós-II Guerra Mundial e que, há muito, já não exprimem as mudanças verificadas na história das relações internacionais.

Ainda não consolidado o Ibas, surgiu, em 2006, o Brics, no começo, sem o s final, já que a África do Sul só ingressaria cinco anos depois. No início, apenas um encontro informal de chanceleres, à margem da Assembleia Geral da ONU. Dois anos depois, em maio de 2008, na cidade russa de Ekaterinburg, os mesmos participantes realizaram a primeira reunião formal.

A partir de 2009, os encontros se tornaram anuais, já com os chefes de Estado dos países envolvidos. Entre o primeiro, realizado na Rússia, e o último, em Nova Delhi, na Índia, em março passado, houve mais dois: o de Brasília, em 2010, e o de Sanya, na China, em 2011, sempre retomando as questões já aventadas no quadro do Ibas. Os entendimentos ampliaram-se, constituindo-se fóruns com agendas próprias: economia, comércio, finanças, saúde, agricultura, ciência e tecnologia. Ao lado das reformas das instituições internacionais, e frente à crise econômica, novas questões suscitaram atenção, relativas ao desenvolvimento comum, ao câmbio, aos preços das commodities, à agricultura alimentar, ao desarmamento, à não proliferação das armas atômicas, à

segurança energética, ao exame das crises internacionais (Síria, Irã, Afeganistão, conflito árabe-israelense, etc.).

Sem maior explicitação, ou sem dizer o seu nome, estariam em curso novas alianças estratégicas?

O peso do Brics nas relações internacionais é inegável, e sobre o assunto, desde o começo do novo século, não faltam projeções e especulações. Como se sabe, o termo foi lançado em 2001 por Jim O'Neil, analista de um banco internacional, interessado em estudar, prospectivamente, Estados ditos "emergentes". Os resultados encontrados provocaram algum espanto, mas não foram levados muito a sério, eis que, então, nenhuma articulação consistente existia entre os países reunidos naquele estranho acrônimo.

No entanto, a partir de 2006, os dados despertaram reflexões. O relatório divulgado pelo FMI, em 2011, assinala que os países do Brics detêm 26% da área terrestre do planeta, 42% da população mundial, 19% do PIB mundial e 16% do fluxo comercial internacional. O que chama a atenção são as tendências: no início da primeira década do século XXI, o Brics era responsável por 30% do crescimento mundial. Desde 2008, por 5%. Para 2012, projeta-se 56%. O comércio entre o Brics e o mundo alcançou 1 trilhão de dólares em 2002. Em 2008, chegou a 4,3 trilhões. No baque da crise, em 2009, um recuo - 3,5 trilhões. Mas já no ano seguinte, graças a políticas que não enfatizaram a famosa "austeridade", o montante chegou a 4,6 trilhões, e em 2011, a 5,6 trilhões.

Enquanto isto, o comércio entre os países do Brics continua bem modesto, mas registrou notável avanço: de 27 bilhões de dólares, em 2002, para 299 bilhões em 2011. Nem tudo, porém, são flores. Há divergências de objetivos e, numa série de áreas, interesses não complementares. Evidenciam-se, por outro lado, assimetrias significativas. Rússia, China e Índia são potências nucleares. Só as duas primeiras têm assento no Conselho de Segurança da ONU. Além disso, a China aparece como superpotência emergente. Dos 5,6 trilhões de dólares do comércio entre os brics e o mundo, 3,6 trilhões cabem aos chineses. Outra dissimetria: a China detém pouco mais de 72% de todas as reservas do Brics. Por outro lado, se no comércio externo de Brasil, Rússia e Índia a China já se tornou uma grande parceira, quase insubstituível, a participação dos três países nas importações e exportações chinesas continua bem pequena.

Dificuldades e contradições não faltam, suscitando em certos círculos sorrisos de condescendência quando se trata de analisar os desafios das alianças que se delineiam no contexto dos dois blocos - Ibas e Brics -, inclusive porque elas terão que passar por uma outra esfera de articulação, igualmente essencial para o Brasil: a América do Sul.

Grandes desafios, a exigir imaginação, ousadia e visão estratégica. Apostas que precisam ser feitas porque, de seu êxito, dependem, em não pequena medida, um melhor equilíbrio nas relações internacionais e, no limite, as chances de uma duradoura paz mundial.

Brics criam fundo virtual de reservas para sinalizar força. Sergio Lamucci – Valor Econômico. 19/06/2012

Num cenário de grande incerteza global, os líderes dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) acertaram ontem a formação de um fundo virtual de reservas para permitir operações de troca de moedas entre si, além de terem concordado em fazer

um novo aporte de recursos para o Fundo Monetário Internacional (FMI), informou o ministro da Fazenda, Guido Mantega. A expectativa é que o valor da oferta total dos Brics para o FMI fique entre US\$ 60 bilhões e US\$ 70 bilhões - Mantega não anunciou o montante a ser doado pelo Brasil nem pelo grupo. Os líderes dos Brics se encontraram ontem pela manhã, em Los Cabos, no México, antes da abertura oficial da cúpula do G-20, que termina hoje.

Segundo Mantega, o objetivo do fundo de reservas é fortalecer a confiança nos países do grupo, que, juntos, têm o maior volume de reservas do mundo, de mais de US\$ 4 trilhões. A ideia é que os estudos para a implementação da iniciativa estejam prontos por volta da reunião de primavera do FMI de 2013, em abril, afirmou Mantega, ressaltando, porém, que os países já podem fazer trocas de moedas entre si. "Isso aumenta a confiança, porque você fica com mais bala na agulha".

Os Brics ainda não definiram os valores do fundo, disse o ministro, observando que a iniciativa é semelhante à feita pelo Federal Reserve (Fed) na crise de 2008, quando foram oferecidas operações de troca (swap) de moedas a vários países. No caso do Brasil, o Fed estendeu uma linha de US\$ 30 bilhões para o Brasil, que não foi usada. Em 2010, o banco central americano voltou a lançar mão da medida. Mantega lembrou que os países asiáticos também têm um mecanismo semelhante, constituído na chamada iniciativa Chiang Mai, reunindo China, Japão, Coreia do Sul e mais um grupo de economias menores.

Mantega disse que a ideia do fundo virtual de reservas não implica aposta dos Brics numa piora da crise global, e nem que o grupo antevêja o risco de crises de balanço de pagamentos. "A ideia de um fundo de crédito recíproco é fortalecer a confiança." Cada país vai se comprometer com um determinado valor, que continuará, porém, vinculado às reservas de cada um. Em caso de necessidade, de acordo com regras a serem definidas, os Brics poderão sacá-los.

Outra decisão importante do grupo foi o novo aporte de recursos ao FMI, para o qual os Brics definiram duas condições, segundo Mantega. A primeira é que os novos recursos só sejam usados depois que o dinheiro existente no caixa do fundo for utilizado. Com isso, não haverá aporte imediato. A outra é que a reforma do poder de voto dentro da instituição seja levada a termo, cumprindo o acordo de reforma das instituições multilaterais definidas em 2010.

"Nós achamos que há um atraso por parte do FMI e parte de alguns países de concretizar o acordo realizado em 2010", afirmou Mantega, sem informar a contribuição do Brasil nem dos Brics. A imprensa indiana falava ontem em US\$ 60 bilhões, e a expectativa é que fique entre esse valor e US\$ 70 bilhões - em abril, os países do G-20 tinham decidido oferecer mais US\$ 430 bilhões para o FMI, e as contribuições dos países avançados já somam cerca de US\$ 360 bilhões, segundo o próprio Mantega.

Mantega também disse que os líderes dos Brics trataram da crise europeia, concordando que a estratégia atual, concentrada em austeridade fiscal e saneamento do sistema financeiro, não tem sido bem sucedida. "O antídoto vai além das medidas tomadas pelos países europeus até o momento. É preciso estimular o crescimento das economias e colocar em prática medidas de incentivo ao investimento na zona do euro." Segundo ele,

os mercados e as populações perderam a confiança nas soluções que têm sido adotadas pelos países da zona do euro. "É preciso uma correção de rumos."

Mantega disse que a presidente Dilma Rousseff manifestou essa posição para o primeiro-ministro da Itália, Mario Monti, com quem teve uma reunião bilateral. Dilma também se reuniu com a presidente da Argentina, Cristina Kircher, e tinha encontros marcados com a chanceler alemã Angela Merkel e o russo Vladimir Putin.

Brics terão fundo virtual de reservas. Sergio Lamucci – Valor Econômico, Capa. 19/06/2012

Num cenário de grande incerteza global, os líderes dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) acertaram ontem a formação de um fundo virtual de reservas para permitir operações de troca de moedas entre si, além de terem concordado em fazer um novo aporte de recursos para o Fundo Monetário Internacional (FMI). A ideia é que os estudos para a criação do fundo estejam prontos por volta da reunião de primavera do FMI, em abril de 2013, disse o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ressaltando que os países já podem fazer trocas de moedas. Os valores do fundo ainda não foram definidos.

Europa cansa de apanhar no G20. Clóvis Rossi – Folha de São Paulo, Mundo. 19/06/2012

A explosão de José Manuel Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia, durante entrevista coletiva, foi eloquente: "Não viemos aqui para receber lições de ninguém", disparou o usualmente suave político português.

Era uma resposta a um jornalista canadense que transmitira a Barroso a opinião de Stephen Harper, primeiro-ministro do Canadá, para quem a Europa não deveria pedir dinheiro a ninguém, como está fazendo, porque é uma área rica (de fato, é a mais rica do mundo, se tomada em conjunto) e, portanto, em condições de resolver sozinha seus problemas.

Barroso ainda teve a paciência de lembrar que a Europa é a maior contribuinte para o FMI, ao qual se destinam os recursos que estão sendo coletados para criar um "firewall" anticrise. Lembrou ainda que nem todos os países do G20 são democráticos, ao contrário dos 27 europeus, e que democracia é sempre um mecanismo complexo para chegar a consensos.

Ao terminar, explodiu, em uma evidência de que a Europa está se cansando de ser o saco de pancadas do planeta.

Vai continuar sendo. Horas depois da explosão, o ministro brasileiro da Fazenda, Guido Mantega, bateu: "Os mercados e a população perderam a confiança nas soluções para a zona do euro".

Não deixa de ser verdade: que os mercados não acreditam nos programas de austeridade, está evidente pelo que estão cobrando para rolar, por exemplo, a dívida da

Espanha. Trata-se do país que faz o maior esforço fiscal da zona do euro, na imponente altura de 7% de seu Produto Interno Bruto. Nem assim, escapa da maldição dos juros.

Que a sociedade também não confia, fica claro pelo resultado grego. A maioria dos votos foi para partidos que são contra o programa de austeridade imposto pela União Europeia. A Nova Democracia, que apoia o programa, assim mesmo com reservas e pedindo uma renegociação, só ficou com a maioria das cadeiras pelo truquinho de o partido com maior porcentagem de votos receber um bônus de 50 cadeiras.

É como diz Mantega: "O resultado da Grécia ajuda, mas não resolve o problema, tanto que os mercados continuaram nervosos".

O problema dos diagnósticos sobre a Europa é que, corretos ou não, não vêm acompanhados de uma receita acabada sobre o que fazer, além da retórica que manda acoplar crescimento à austeridade. Mas entre falar e fazer vai uma distância ainda não vencida.

A lacuna não impede que os europeus continuem a receber as lições que irritaram Barroso. Mantega conta que, no encontro que a presidente Dilma Rousseff teve ontem com o presidente do Conselho de Ministros da Itália, Mario Monti, foi-lhe dito que é preciso "mudar a estratégia econômica" adotada até agora.

O comando europeu reage com uma fleuma que não combina com a gravidade da crise. Tanta fleuma que Herman van Rompuy, o presidente do Conselho, avisa que a cúpula do dia 28, da qual se esperava um "big bang", parará apenas "trabalhos preparatórios, não decisões definitivas".

Um convite a que os sermões dos parceiros continuem.

Dilma reserva espaço para erguer barreiras protecionistas em 2013. Clóvis Rossi – Folha de São Paulo, Mundo. 19/06/2012

Países desenvolvidos querem prorrogar trégua, mas presidente dá ordem clara a negociadores brasileiros no G20 de recusar proposta. OMC aponta 124 restrições recentes; ferro e aço, máquinas, veículos, bebidas e químicos são afetados

A presidente Dilma Rousseff deu instruções firmes aos negociadores brasileiros no G20 para que não aceitem a extensão até 2015 do compromisso assumido pelas 20 maiores economias mundiais de não levantar novas barreiras protecionistas e remover as que tiverem sido erguidas na esteira da crise 2008/09.

O compromisso, que o jargão diplomático-comercial chama de "standstill", foi adotado em 2008 e venceria em 2013. Mas países desenvolvidos querem prorrogá-lo por mais dois anos, o que Dilma veta terminantemente.

A interpretação da negativa só pode ser uma: "Sinaliza que ela quer reservar espaço para adotar medidas protecionistas, se considerar necessário, assim que vencer o prazo [de 2013]", ouviu a **Folha** de uma alta autoridade do comércio, que prefere não ter o nome divulgado.

A justificativa oficial do Brasil é a de que só países desenvolvidos têm condições de erguer barreiras protecionistas e, ainda assim, seguir as regras da OMC (Organização Mundial do Comércio).

O motivo é simples: eles registram na OMC tarifas de importação mais elevadas do que as que praticam. Com isso, sem violar as regras, podem subir as tarifas até o limite em que as registraram.

Os negociadores brasileiros queixaram-se de que os países ricos nada falam de cortar subsídios (outra forma de protecionismo) nem de reduzir a proteção a seus produtores agrícolas.

"Se se prorrogar o 'standstill', os países desenvolvidos levam de graça uma tarifa baixa sem contrapartida", diz um delegado brasileiro, pedindo anonimato.

Na vida real, o que o G20 se compromete a fazer nem sempre acontece. Desde 2008, quando se estabeleceu o "standstill", barreiras restritivas passaram a cobrir 3% do comércio mundial de mercadorias e 4% no âmbito do G20, conforme a OMC.

Pior: nos últimos oito meses, a OMC encontrou 124 novas medidas restritivas adotadas pelo países do G20.

Os setores mais afetados são ferro e aço, máquinas elétricas, veículos, vegetais, bebidas e licores e produtos químicos. Vale, portanto, a reclamação da delegação brasileira segundo a qual "uma coisa é o que o G20 diz e, outra, a realidade". Mas, para a União Europeia, é uma via de duas mãos: o Brasil foi o país que mais adotou medidas protecionistas desde 2008, seguido pela própria UE.

Europa se compromete no G-20 a agir rápido para voltar a crescer. Flávia Barbosa – O Globo. 20/06/2012

Líderes da UE reconhecem que estratégia de arrocho põe o mundo em risco

A União Europeia se comprometeu perante a comunidade internacional a implementar, da forma mais rápida possível, políticas que visem à retomada do crescimento regional, em complemento às medidas de austeridade para sanear as combalidas finanças dos países que compõem a zona do euro. Este foi o principal avanço da cúpula de líderes do G-20, realizada segunda-feira e ontem no México, e representa um reconhecimento de que a estratégia de arrocho fiscal comandada pela Alemanha nos últimos anos não só não é solução para a crise no continente, mas também põe a economia global em risco.

No entanto, diante da dificuldade de coordenação política na Europa, o documento final do G-20, a "Declaração de Los Cabos", não menciona prazos para implementação de novas políticas, tampouco lista quais seriam as ações. Países como os EUA pressionaram para que a UE anunciasse a decisão de emitir os eurobônus (que compartilharia entre os membros da UE os custos das dívidas nacionais) e de garantir depósitos bancários de forma supranacional, mas a chanceler alemã, Angela Merkel, resistiu.

A Alemanha, porém, conseguiu apoio pleno do G-20 à necessidade de avanço no processo de união monetária e econômica - o que incluiu, ainda que implicitamente, maior união fiscal, um dos pilares dos planos de Merkel. Isso poderá resultar em um

controle mais centralizado das políticas orçamentárias dos 17 países que utilizam o euro.

O apoio do G-20 é também um reconhecimento de que a UE não tem como adotar um cardápio vasto de ações no curto prazo. "Os membros da UE que integram o G-20 estão determinados a se mover rapidamente em direção a medidas que incentivem o crescimento, incluindo a finalização do Mercado Comum Europeu e o melhor uso dos recursos financeiros europeus, como o Banco Europeu de Investimento, títulos para lastrear projetos-pilotos e fundos estruturais, a fim de alcançar mais investimentos estruturais, emprego e crescimento, mantendo o compromisso firme com a consolidação fiscal", diz o principal parágrafo da declaração final.

O documento saúda a intenção da Europa de ter um sistema financeiro mais integrado, com mecanismos mais fortes de supervisão bancária e recapitalização, além de garantia de depósitos. Também destaca a importância da implantação de reformas que aumentem a competitividade dos países da união monetária.

Os EUA também se comprometeram a evitar uma forte contração fiscal na virada de 2013, quando entram em vigor cortes severos de despesas e o fim de desonerações tributárias. O impacto contracionista na maior economia do mundo, deterioraria ainda mais a situação global.

Um dos líderes que mais pressionaram a Europa, o presidente dos EUA, Barack Obama, optou por uma mensagem de confiança no encerramento da cúpula:

- A situação europeia é difícil. Há muitos atores envolvidos, a situação psicológica é difícil. Mas as ferramentas (para solucionar a crise) estão disponíveis e há entre os líderes um senso de urgência. O que precisamos é combinar esses dois pontos para aumentar a confiança dos mercados - disse Obama.

Para um dos negociadores brasileiros, o documento final tem uma mensagem clara: as 20 maiores economias do mundo estão convencidas de que a situação geral é grave, mas estão mobilizadas para apoiar a UE e resgatar o crescimento.

"Todos os membros do G-20 tomarão as medidas necessárias para fortalecer o crescimento global e restaurar a confiança", diz o comunicado. "Se as condições econômicas se deteriorarem significativamente, os países com margem de manobra fiscal estão prontos para agir de forma coordenada e implementar ações fiscais para incentivar a demanda doméstica".

- A discussão na cúpula foi muito realista. Ninguém, no fundo, esperava que os europeus tomassem aqui decisões que eles ainda estão discutindo. - avaliou um integrante da delegação brasileira.

Brasil é derrotado em proposta para OMC. Flávia Barbosa – O Globo. 20/06/2012

Dilma pretendia retomar as negociações de regras comerciais da Rodada de Doha em 2014

O Brasil foi derrotado durante a Cúpula do G-20, no México, em sua proposta de retomar a Rodada de Doha de negociações de regras para o comércio internacional em 2014. A presidente Dilma Rousseff pressionou para que os países deixassem expirar em 2013, conforme acordado, o compromisso comum de não serem adotadas novas barreiras comerciais pelos 20 países, de forma a se instalar no ano seguinte ampla

discussão global a respeito de regras comerciais e se evitar uma guerra entre as nações. Mas não houve consenso.

Antes do desfecho, próxima de seu embarque para o Brasil, Dilma afirmou que a proposta do Brasil visava a evitar a prorrogação indeterminada, como nas últimas cúpulas, da chamada cláusula de standstill - pela qual as 20 maiores economias se comprometeram em 2008 a não levantar novas barreiras protecionistas e remover as criadas por causa da crise global. No ano passado, ela foi esticada a 2013.

O que o Brasil quer, disse ela, é que os países assumam a responsabilidade de resolver os desequilíbrios do comércio global, que, apesar dos compromissos, vive uma onda protecionista por trás do "biombo da crise internacional". Para Dilma, a prorrogação do standstill na prática estende barreiras levantadas durante as turbulências e impede o livre comércio, com consequências para países como o Brasil.

- É óbvio que há muita resistência à reabertura da Rodada de Doha (na OMC). O que se prefere é o free lunch , o almoço grátis. O café da manhã, o jantar, pode colocar a refeição que for, o importante é que seja grátis - disse, em referência ao fato de que, numa negociação, os países, para ganhar, precisam ceder em acesso a seus mercados.

Não podemos dar um 'cheque em branco'

Para Dilma, os desequilíbrios do comércio internacional são amplamente conhecidos - subsídios agrícolas excessivos, altas tarifas industriais, falta de critérios no setor de serviços - e é hora de as nações sentarem à mesa para oferecer soluções e promover um sistema justo, com regras claras, em que países não se aproveitem de brechas e falta de regulações para levantar barreiras.

- A crise já deu tempo suficiente para as coisas baixarem. Tem gente que acha que Doha não pode ser retomada nos mesmos termos. Tudo bem. Mas não aceitamos prorrogar (o standstill) por prorrogar. Senão é como dar um cheque em branco.

O parágrafo sobre comércio foi o último do documento final do G-20, a "Declaração de Los Cabos", a ser fechado, sendo concluído menos de uma hora antes da divulgação do comunicado. Coube ao presidente do México e do G-20, Felipe Calderón, informar que a decisão do colegiado, apesar de resistências de vários países, foi estender o standstill até 2014. A proposta inicial, bancada pelos países ricos, era até 2015. O compromisso de rotomar Doha em 2014 não entrou no documento, que fez só menção genérica à intenção dos países de retomarem o diálogo.

G-20 defende políticas de estímulo ao crescimento. Sergio Lamucci – Valor Econômico. 20/06/2012

A cúpula dos líderes do G-20, em Los Cabos, no México, terminou ontem com a esperada ênfase maior em políticas de estímulo ao crescimento e com o firme compromisso dos países europeus para agirem de modo a preservar o euro e a resolver a crise que atinge os seus bancos. O resultado das eleições gregas do domingo, com a vitória do partido Nova Democracia, favorável ao cumprimento do acordo de ajuda com a Europa e o FMI, fez com que a reunião transcorresse num clima menos tenso do que se temia, mas ainda assim o senso de urgência tomou conta do encontro, transparecendo nos documentos finais.

No plano de ação, Austrália, Brasil, Canadá, China, Indonésia Coreia do Sul e EUA se dizem prontos para "coordenar e implementar medidas discricionárias para apoiar a demanda doméstica", se as condições econômicas se deteriorarem abruptamente.

O comunicado final tem de fato um tom pró-crescimento, mas sem abandonar a menção à importância de medidas de austeridade fiscal. "Impulsionar a demanda e o crescimento e reduzir o desemprego persistentemente alto e crescente em muitas economias avançadas, especialmente entre os jovens" aparece como uma das principais prioridades, logo seguida pela necessidade de se assegurar a consolidação fiscal como medida para apoiar a recuperação.

Segundo uma fonte do governo brasileiro, a Alemanha cedeu um pouco na direção de uma visão mais pró-crescimento, mas sempre fazendo questão de a disciplina das contas públicas constasse do documento, respeitando a diferença da situação de cada país. No caso da Espanha, por exemplo, o documento diz que "o foco da política fiscal vai continuar focada na consolidação".

Como esperado, os EUA se comprometeram a evitar uma forte contração fiscal em 2013, dado o risco de ocorrer uma combinação de aumento forte de impostos e redução abrupta de gastos. Ainda no front fiscal, o texto diz que "Austrália, Brasil, Canadá, China, Alemanha, Indonésia, Coreia do Sul, Reino Unido e EUA estão permitindo que os estabilizadores fiscais operem, levando em conta circunstâncias nacionais e condições de demanda". O documento menciona, que o Brasil se compromete a elevar o investimento para reequilibrar a demanda.

Em relação à Grécia, o G-20 disse apoiar as negociações entre o país e a União Europeia no caminho "das reformas e da sustentabilidade" no âmbito da zona do euro.

O documento final traz o compromisso dos países europeus de tomar "todas as medidas para salvaguardar a integridade e a estabilidade da zona do euro, melhorando o funcionamento dos mercados financeiros e quebrando o movimento de retroalimentação negativa entre dívidas soberanas e os bancos". Essa preocupação com a contaminação da dívida dos governos pelos problemas bancários é especialmente grave na Espanha, que continua a sofrer mesmo depois do anúncio de um pacote de até 100 bilhões para capitalizar os seus bancos.

Em entrevista coletiva, o presidente dos EUA, Barack Obama, se disse confiante na resolução da crise europeia, mas destacou as dificuldades de se chegar a um consenso na zona do euro, formada por 17 países.

Além do discurso, o G-20 também foi o palco em que se anunciou um reforço de caixa de US\$ 456 bilhões ao FMI, um valor superior ao que foi divulgado em abril pelos países do G-20, de US\$ 430 bilhões, como destacou o presidente do México, Felipe Calderón, na presidência do G-20. É uma ampliação do poder de fogo da instituição, para tentar deter a espiral de desconfiança. A questão, como disse Obama, é que a psicologia dos mercados é difícil de reverter.

Dilma vê consenso sobre ação rápida anticrise – Valor Econômico. 20/06/2012

A resposta à crise global, hoje concentrada na zona do euro, exige políticas de estímulo ao crescimento, não podendo ficar restritas a medidas de austeridade fiscal, ressaltou ontem a presidente Dilma Rousseff, reconhecendo, porém, as dificuldades dos europeus para enfrentar os problemas, uma vez que a zona do euro é uma união monetária sem um Estado por trás.

"O que nós esperamos, nós que não somos da União Europeia, é que sejam tomadas medidas rápidas, e que sejam suficientes, no tempo certo, e esse tempo não é o que nós impomos. É aquele das necessidades das populações, que é uma questão política, e das necessidades dos mercados, uma questão financeira", disse Dilma em coletiva em Los Cabos, o México, onde se realizou até ontem a cúpula dos líderes do G-20.

Ela disse ainda que o Brasil quer a reabertura em 2014 da Rodada Doha de negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC), proposta que não foi incluída no documento final do G-20.

"Há um consenso de que não adianta apenas implementar políticas de austeridade ou de consolidação fiscal sem que estejam associadas a elas políticas de crescimento, através de políticas de estímulos ao investimento", ressaltou Dilma. Em encontro bilateral com a premiê alemã, Angela Merkel, a presidente disse ter notado uma evolução da posição sobre a importância do crescimento na solução da crise, com a "percepção de que não há como fazer consolidação fiscal sem crescimento, nem tampouco ter crescimento sem contas públicas sólidas".

Segundo Dilma, é uma questão sobre a qual há consenso. "Mas, a partir daí, os mecanismos pelos quais a zona do euro vai resolver os seus problemas implicam decisões internas de suas lideranças", observando que não cabe a ela ou ao G-20 dar lições aos europeus.

A presidente destacou a complexidade do problema europeu. A união monetária carece de um Estado supranacional, de união fiscal, e o Banco Central Europeu (BCE) não exerce uma função crucial de qualquer BC - a de ser prestador de última instância.

"Há um clima de cooperação e de preocupação", disse ela, que vê uma grande solidariedade com os países da Europa. "A África do Sul, um país africano, fez uma contribuição de US\$ 2 bilhões ao FMI para fortalecer o firewall [barreira de proteção] europeu", afirmou Dilma. O Brasil, a Índia e a Rússia ofereceram US\$ 10 bilhões cada um e a China, US\$ 43 bilhões. No total, o FMI levantou US\$ 456 bilhões.

Questionada sobre a necessidade de a resposta à crise ser mais rápida, Dilma sugeriu implicitamente que a gravidade dela vai levar os europeus a agir de modo mais urgente. "Vocês lembram do Sobrenatural de Almeida, personagem do Nelson Rodrigues? Hoje existe um personagem internacional, o Inexorável da Silveira. As coisas não são como escolhemos. Se [os europeus] vão esperar ou não para agir, é uma combinação de decisões políticas com reações do mercado, com pressão popular. Não se pode ocultar a realidade", disse.

Dilma também defendeu a reabertura de Doha em 2014. O Brasil defendeu a inclusão dessa posição nas discussões do comunicado final do G-20, opondo-se à prorrogação

para 2015 do chamado "standstill", acertado na crise de 2008/2009, que congela a situação atual do comércio global. O "standstill", porém, foi prorrogado até 2014, e não se incluiu no comunicado menção à reabertura de Doha, que se arrasta desde 2001.

"A crise não pode servir de biombo para a prorrogação de desequilíbrios em relação ao comércio internacional", disse Dilma. "Doha colocava na pauta que havia necessidade de negociações entre os diferentes países para recompor situações de desequilíbrio."

G20 pressiona Europa – Folha de São Paulo, Editorial. 20/06/2012

Reunião de cúpula tem pouco resultado concreto, mas eleva a cobrança sobre zona do euro para combater a crise com mais determinação

A cúpula do G20 no México não foi um fracasso completo. Houve avanços no provimento de recursos para o FMI e reafirmou-se compromisso de aumentar o peso de países emergentes no Fundo. Nada além do que se esperava.

Em relação ao assunto mais premente, a crise europeia, o G20 entregou o mínimo possível: além da pressão sobre as lideranças do continente por uma união fiscal, só declarações de princípio quanto à necessidade de reforçar políticas de crescimento.

O FMI obteve US\$ 456 bilhões em novos compromissos bilaterais (US\$ 26 bilhões acima do acordado em abril), boa parte dos emergentes. A moeda de troca foi o compromisso de ratificar a redivisão de poder acertada em 2010, ora atrasada (o Congresso dos EUA só deve aprovar a mudança em 2013).

A mudança era reivindicada para a estrutura do Fundo refletir melhor o peso econômico dos emergentes. Só assim o FMI terá legitimidade suficiente para coordenar um novo sistema monetário global, menos ancorado no dólar.

A divulgação de um acordo paralelo dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) para criar um "fundo virtual" de troca de divisas nas situações de crise, em montante a ser especificado, é outro pequeno passo para reduzir o papel do dólar com o tempo.

Um cenário possível é a proliferação desses arranjos regionais para prover liquidez em moedas fortes a países em dificuldades. Já há exemplos, como a iniciativa Chiang Mai, um acordo de partilha de reservas de US\$ 240 bilhões inaugurado depois da crise asiática.

Tais acordos, em conjunto com os recursos do FMI, podem reduzir a tendência de países emergentes a acumular dólares como um seguro contra adversidades. O FMI permaneceria como órgão de coordenação, mas não poderia mais se comportar como condutor só dos interesses europeus e americanos.

A expectativa é que o comunicado oficial do G20 inclua uma menção à necessidade de quebrar o círculo vicioso entre bancos europeus com insuficiência de capital e os respectivos governos endividados. O premiê italiano, Mario Monti, pediu maior

liberdade para que os fundos europeus de ajuda financeira injetem recursos diretamente nos mercados, socorrendo bancos e não só governos.

O G20, no entanto, pode apenas fazer pressão. A decisão sobre novos passos na direção de uma união bancária permanece com as lideranças europeias. Seu encontro de cúpula, no final deste mês, precisará adotar iniciativas mais concretas para conter as forças que ameaçam fazer ruir o euro

Crescimento vence austeridade no G20. Clovis Rossi – Folha de São Paulo, Mundo. 20/06/2012

Cúpula dos países mais ricos define que medidas de estímulo à economia terão prioridade sobre ajuste fiscal. Texto final do encontro afirma que os países da zona do euro tomarão medidas para garantir a estabilidade da área

A sétima cúpula do G20 terminou ontem com uma vitória clara do crescimento sobre a austeridade, desenlace de um debate que se instalou especialmente na Europa desde que o socialista François Hollande ganhou a eleição francesa de 6 de maio, erguendo essa bandeira.

Como a **Folha** já havia antecipado domingo, a prioridade agora é para o crescimento, em termos tão nítidos que a consolidação fiscal (ou ajuste das contas públicas) nem figura no parágrafo mais significativo.

Diz: "Trabalharemos coletivamente para fortalecer a demanda e restaurar a confiança, com vistas a respaldar o crescimento e estimular a estabilidade financeira, de forma a criar empregos de alta qualidade e oportunidades para todos os nossos cidadãos".

O grupo das 20 maiores economias do mundo ainda aprovou "o Plano de Ação de Los Cabos para o Crescimento e o Emprego".

É natural que o presidente francês tenha festejado o resultado, na entrevista coletiva concedida após encerrado o encontro: "Colocamos o crescimento no coração de nossa ação".

De todo modo, o G20 passou a bola agora para a Europa, que faz no dia 28 uma cúpula tida como decisiva para determinar se a estabilidade e, depois, o crescimento de fato se sobreporão à austeridade fiscal, tão cara à Alemanha.

O documento final de Los Cabos diz que "os membros do G20 da zona do euro tomarão todas as necessárias medidas políticas para salvaguardar a integridade e a estabilidade da área, aperfeiçoar o funcionamento dos mercados financeiros e quebrar o vínculo entre dívidas soberanas [dos Estados] e dos bancos".

A proposta de romper tal vínculo é principalmente da Espanha, que tem uma dívida razoável, para os atuais padrões europeus, inferior até à da virtuosa Alemanha, mas paga juros insuportáveis para rolá-la porque seus bancos estão enforcados.

A prioridade para o crescimento era a tese defendida, a rigor, por todos os 19 membros do G20, com exceção da Alemanha. Não que a chanceler alemã Angela Merkel seja contra (ninguém pode ser contra o crescimento).

É que ela acredita que o caminho para chegar a ele passa, antes, por ajustar as contas públicas.

A tese norte-americana, com todo o peso que implica ser a maior potência do planeta, é, ao contrário, a de que o crescimento deve vir agora e o ajuste fiscal no médio prazo.

GRÉCIA

O texto final recolhe essa ideia, ao dizer que as economias avançadas "assegurarão que o ritmo da consolidação fiscal é apropriado para respaldar a recuperação", deixando as "preocupações com a sustentabilidade fiscal para o médio prazo".

Sobre a Grécia, o comunicado é parcimonioso: diz apenas que a eurozona deveria trabalhar em parceria com o próximo governo grego, "para assegurar que permaneça no caminho das reformas e da sustentabilidade dentro da eurozona".

Mas Hollande deu um passo além, ao afirmar que, embora a Grécia deva cumprir as obrigações assumidas com a Europa, em troca de ajuda, a Europa tem que fazer "tudo para ajudar a Grécia a entrar no caminho do crescimento".

Brasil abre primeira disputa na OMC contra um dos Brics. Assis Moreira – Valor Econômico. 21/06/2012

O Brasil deflagra hoje a primeira disputa contra um dos Brics, o grupo dos principais países na Organização Mundial do Comércio (OMC), ao contestar barreiras impostas pela África do Sul sobre exportações brasileiras de frango. A expectativa brasileira é que essa "divergência comercial" seja tratada tecnicamente pelo mecanismo de controvérsias da OMC e não contamine a relação política no grupo dos emergentes.

O Brasil é contra a aplicação de antidumping provisório, que varia de 6% a 62%, na entrada de frangos inteiros e cortes desossados, em vigor desde fevereiro deste ano. O governo brasileiro estima que isso cause prejuízo de US\$ 70 milhões anuais aos produtores brasileiros.

O ação brasileira dá os contornos jurídicos do caso, alega violações dos procedimentos, contesta um tipo de investigação sul-africana não prevista no Acordo de Antidumping, além de questionar a existência do dumping.

A África do Sul terá 60 dias para manter consultas com o Brasil e buscar uma solução negociada. "Nossa esperança é que, nesse período, possa se resolver o contencioso. Assim, não acionaríamos o passo seguinte, que é pedir o estabelecimento do painel (comitê de três juizes)", afirmou o embaixador brasileiro junto à OMC, Roberto Azevedo. "

Do ponto de vista brasileiro, o mecanismo de solução de controvérsias da OMC é a melhor maneira de resolver o problema, mas, politicamente, talvez seja difícil para a África do Sul tomar medida unilateral para pôr fim à barreira.

G-20 fica à margem da saída para a zona do euro – Valor Econômico. 21/06/2012

Com o epicentro da turbulência internacional localizado na zona do euro e a solução da crise na mão de irredutíveis chefes de Estado, as reuniões do G-20 vêm se tornando cada vez mais esvaziadas e meras demonstrações de como as grandes nações podem desperdiçar dinheiro em encontros em locais geralmente sofisticados e exclusivos, em momentos inapropriados.

Não foi diferente a sétima reunião de cúpula do G-20, realizada nesta semana em Los Cabos, corredor turístico de luxo do México, na costa do Pacífico. Praticamente nada de relevante e decisivo foi produzido lá.

Os dias que antecederam o encontro e durante a própria reunião ilustram bem a montanha-russa que o mundo vem vivendo nos últimos meses, sem intervalo. A eleição grega, ansiosamente esperada, foi realizada no fim de semana e, para a surpresa dos menos familiarizados com a política de Atenas, venceram os conservadores, que apoiam a permanência na zona do euro. Longe de ser a solução para todos os problemas gregos, o resultado trouxe alívio e a indicação de que a temida ruptura pode ter sido afastada.

No entanto, nem houve tempo para relaxar nas paradisíacas praias de Los Cabos. Rapidamente os mercados voltaram suas baterias em direção ao alvo seguinte, a Espanha, cobrando taxas insustentáveis para comprar seus títulos, em meio a previsões de que o país precisará de um socorro financeiro internacional. Letras de 12 meses foram vendidas pela taxa média de 5,074%, quase o dobro dos 2,985% do leilão anterior; e os bônus de dez anos romperam no mercado secundário a barreira dos 7%, o mesmo patamar que acionou o salvamento financeiro da Irlanda, Grécia e Portugal.

Apesar disso, a cúpula do G-20 pouco pôde fazer a não ser pressionar a zona do euro a resolver seus problemas. O líder da maior economia do mundo, o presidente americano Barack Obama, conclamou os europeus a estimular o crescimento e a equacionar a dívida soberana. Como disse o analista do Financial Times, Martin Wolf, no Valor de ontem, página A15, os chefes de governo do G-20 que não são da zona do euro devem se sentir como "conselheiros matrimoniais, tentando reconciliar cônjuges cujas personalidades e valores são diferentes demais para viverem felizes juntos".

Não faltou encenação em Los Cabos. Obama teve uma famosa reunião com a chanceler alemã Angela Merkel em que, em 45 minutos, a teria convencido a ser mais flexível. Mas cancelou o encontro com outros líderes da zona do euro, aparentemente por causa da agenda apertada do evento. Aproveitou ainda a reunião para se encontrar com o presidente chinês Hu Jintao para discutir questões comerciais e de segurança internacional como as ambições nucleares da Coreia do Norte e do Irã. Reuniu-se também com o presidente russo Vladimir Putin para igualmente tratar de questões de segurança, especialmente do apoio de Moscou à Síria.

Houve rumores de que Merkel teria concordado em ajudar a Espanha e abriria caminho para o bônus europeu único. Ou então para uma ação mais decisiva do European

Financial Stability Facility (EFSF), que ganhou o poder anteriormente reservado ao Banco Central Europeu (BCE) de atuar no mercado secundário de títulos soberanos. Junto com o European Stability Mechanism (ESM), que deve entrar em ação no próximo mês, os dois fundos somam um poder de fogo de € 500 bilhões. O BCE comprou € 210 bilhões em títulos soberanos no ano passado. Mas os próximos passos realmente decisivos na zona do euro deverão ser dados na reunião de sexta-feira das maiores economias da região, em Roma, e da cúpula da União Europeia, na próxima semana.

No extenso comunicado de 85 parágrafos emitido ao término da sétima cúpula do G-20 não faltaram os compromissos genéricos de sempre: "Diante das tensões renovadas dos mercados, o G-20 e a zona do euro vão tomar todas as medidas necessárias para salvaguardar a integridade e a estabilidade da área, melhorar o funcionamento dos mercados e quebrar o círculo vicioso entre bancos e dívidas soberanas". Foi lembrada também a agenda de reformas estruturais e regulatórias para o sistema financeiro internacional.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) atualizou o mundo a respeito do reforço do fundo de emergência global que, dos US\$ 430 bilhões angariados em abril, chegou a US\$ 456 bilhões. Mas essa informação certamente não precisava do cenário de Los Cabos.

Conferências de cúpula. Kenneth Maxwell – Folha de São Paulo, Opinião. 21/06/2012

Esta semana testemunhou duas conferências de cúpula. Os líderes do G20 se reuniram em Los Cabos, no México, e a conferência Rio+20 está em sessão no Brasil. Ao que parece, nenhuma delas produzirá muito progresso, quer em termos de economia internacional, quer quanto ao futuro ambiental do planeta. Posso estar errado quanto às duas coisas. E espero estar. Mas os prognósticos não são favoráveis.

O encontro do G20 se transformou em uma reunião sobre "vamos criticar Angela Merkel". O presidente Obama aderiu ao coro de queixas de que a crise do euro é inteiramente culpa da Alemanha. É como culpar o credor pelas dívidas do devedor. Pena que as coisas não sejam tão simples.

Não é irracional que os alemães esperem que gregos, portugueses, espanhóis e italianos paguem o dinheiro que tomaram emprestado. O problema é que a democracia na Europa continua a ser nacional, e os alemães não favorecem novos resgates pelos quais terão de pagar no fim. Merkel não tem liberdade de ação.

Mas sempre há dois lados em qualquer situação. A origem do problema está na velha história de expansão e contração, de captação excessiva lastreada por valores imobiliários inflacionados, sobretudo na Espanha. O valor desses imóveis despencou, o que expõe os bancos e torna necessário que os contribuintes os resgatem; será preciso, portanto, muito mais que uma arisca união fiscal da zona do euro.

Os EUA também precisam tomar jeito. A eleição presidencial americana só está servindo para adiar o problema. Como um frustrado presidente europeu, José Manuel

Durão Barroso destacou zangadamente em Los Cabos que a crise começou originalmente no setor financeiro dos EUA.

A Rio+20 também enfrenta impasses embaraçosos sobre questões fundamentais. Obama, Merkel e o primeiro-ministro britânico, David Cameron, não participarão. Mas o presidente Ahmadinejad, do Irã, sim, bem como o presidente francês, François Hollande, e o presidente russo, Vladimir Putin. Os países "ricos" têm pouco a oferecer.

A Colômbia promove o programa Metas de Desenvolvimento Sustentável, muito mais modesto que as promessas grandiosas feitas 20 anos atrás. Marina Silva, enquanto isso, pediu que ONGs, povos indígenas, ativistas dos direitos humanos e grupos femininos montem um acampamento no parque do Flamengo e criem uma nova praça Tahrir no Rio. Mas o Egito conquistou uma democratização muito ambígua, após as promessas de 2011. Lamento que as coisas não sejam diferentes.

Como Neville Chamberlain descobriu em Munique em 1938, promessas feitas em conferências de cúpula nem sempre são o que parecem.

Seminário em Bruxelas discute cooperação entre Brasil e União Europeia – Site do MAPA. 22/06/2012

Objetivo é ampliar as oportunidades comerciais e de cooperação com o bloco europeu

A cooperação inovação entre Brasil e a União Europeia (UE) será discutida por especialistas brasileiros e europeus durante seminário no dia 25 de junho, em Bruxelas (Bélgica), no Parlamento Europeu. O objetivo será debater as formas de ampliar as oportunidades de cooperação entre as instituições e empresas brasileiras e do continente europeu nos setores de energia, agronegócio e aeroespacial. O seminário é uma parceria da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex/Brasil) com as entidades de representação do comércio e da indústria na União Europeia (*Eurochambres* e a *Business Europe*). O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) será representado pelo adido agrícola em Bruxelas, Odilson Luiz Ribeiro e Silva.

No mesmo dia do seminário ocorrerá um evento de relacionamento, o “*Brazilian Barbecue in Brussels*”, com o objetivo de promover o comércio dos produtos do agronegócio brasileiro. Os convidados serão servidos com o tradicional churrasco, vinho, café e chocolate *gourmet*. A ação reunirá autoridades, importadores, investidores e empresários e acontecerá na residência oficial do embaixador do Brasil na Bélgica, André Amado. O evento é uma parceria com o Mapa, o Ministério das Relações Exteriores (MRE), a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), a Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA – sigla em inglês) e o Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin).

Em 2011, o intercâmbio comercial entre o Brasil e a União Europeia atingiu o recorde de US\$ 99,3 bilhões. As exportações atingiram US\$ 52,9 bilhões, com crescimento de 22,7%. Já as importações totalizaram US\$ 46,4 bilhões, com crescimento de 18,6%, se comparado a 2010. O Brasil manteve a 9ª colocação entre os maiores fornecedores para a UE em 2011 que continua sendo o maior mercado para as exportações brasileiras.

**Brasil não consegue que negociações na OMC sejam retomadas. Geraldo Barros –
Folha de São Paulo, Mercado. 23/06/2012**

O Brasil não conseguiu, na mais recente reunião do grupo G20, no México, aprovar a reabertura das negociações na OMC. O objetivo seria combater os privilégios dos países industrializados, cujas barreiras comerciais prejudicam os que se destacam pela produção agropecuária.

De fato, o protecionismo dos países industrializados ainda é muito alto, mas diminuiu substancialmente nos últimos 20 anos. A retomada das negociações poderia trazer ganhos adicionais significativos. Entretanto, nestes anos de crise econômica e financeira o protecionismo ameaça aumentar.

Em 2008, em Washington, para conter uma onda descontrolada de protecionismo, os países do G20 estabeleceram a cláusula "stand still", ou seja, concordaram em não aumentar, nos 12 meses seguintes, as barreiras ao comércio e ao investimento, mantendo as já existentes nos níveis em que se encontravam naquele momento.

O receio era repetir a experiência de 1929, quando os EUA, pela Lei de Comércio Smooth-Hawley, elevaram em 60% as tarifas de mais de 3.000 produtos, levando mais de 60 países a tomar medidas retaliatórias. Em 1933, o comércio caiu cerca de 70%.

Em 2009, em Londres, os países do G20 renovaram a cláusula até 2010. Em Cannes, 2011, ela foi estendida até 2013, data a partir da qual o Brasil pretendia que cessassem as prorrogações e se retomassem as negociações. Não foi o que aconteceu, pois ela foi esticada até 2014.

Na verdade, a cláusula não tem sido cumprida. O FMI contou mais de 1.200 novas medidas protecionistas aplicadas por diferentes países, entre 2008 e 2011.

A maioria discrimina contra as importações, mas não por meio de tarifas -que se reduziram durante o processo de liberalização dos últimos 20 anos.

Ademais, a proliferação de acordos entre grupos de países -diante da inação da OMC- tem limitado o uso de tarifas entre parceiros.

Na crise, o protecionismo tem se dado por meio do controle do câmbio, de dificuldades de licenciamento, de exigência de conteúdo local, de restrições à quantidade exportada etc. O uso dessas medidas se intensificou principalmente nos emergentes.

Além de medidas na área comercial, tanto países emergentes como industrializados têm recorrido a estímulos monetários, creditícios e fiscais para estimular a produção nacional.

A interpretação dos motivos que levaram o Brasil a propor, neste momento, a retomada das negociações acabou ficando dúbia. Estaria o país buscando o avanço na liberalização comercial? Ou o objetivo seria se desvencilhar das amarras da cláusula para ampliar seu intervencionismo -favorecendo setores selecionados- para enfrentar a concorrência externa?

Qualquer que seja a resposta certa, aguardam-se providências concretas para elevar a produtividade, ou seja, melhorar a infraestrutura, reduzir a carga tributária, melhorar a educação e aumentar a geração de tecnologia.

**Protecionismo não cria bons empregos, afirma chefe da OMC. Claudia Antunes –
Folha de São Paulo, Mundo. 24/06/2012**

Para Pascal Lamy, dirigente da Organização Mundial do Comércio, Brasil precisa diversificar pauta de exportações. Francês, que participou da Rio+20, afirma que a política de câmbio da China está se movendo agora na direção correta

Há sete anos diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), o francês Pascal Lamy, 65, diz que criar barreiras à importação não ajuda a criar bons empregos. Para ele, o Brasil precisa tomar medidas para diversificar sua pauta de exportações.

Em entrevista à Folha durante a conferência Rio+20, Lamy também disse que a China está corrigindo sua taxa de câmbio, acusada por EUA e outros países de ser artificialmente desvalorizada.

Folha - O que a OMC tem a ver com a conferência sobre desenvolvimento sustentável?

Pascal Lamy - Se você olhar para a declaração final da Rio+20, há muito sobre como o comércio aberto pode trabalhar para uma economia sustentável. Em relação à Rio-92, é uma das áreas nas quais há hoje mais compromissos com o comércio aberto, no sentido de reduções de tarifas sobre bens e serviços ambientais e de disciplinar subsídios à pesca.

Isso não é uma contradição com o fato de que muitos países, incluindo o Brasil, estão adotando mais medidas de proteção?

Isso é correto. Temos um estudo feito para o G20 com as medidas tomadas por países para restringir ou abrir o comércio que mostra que recentemente tivemos um saldo negativo, com mais medidas protecionistas. Isso é um sinal preocupante.

Mas, até onde eu sei, nenhuma dessas medidas teve a ver com proteção ambiental, mas com conteúdo local, antidumping, defesa comercial, aumento de tarifas.

Ainda há lugares neste planeta em que algumas pessoas acreditam que conter as importações protege os empregos. Não é o que os números dizem. Existe a necessidade de proteção em tempos de crise, para conter seus efeitos sociais, mas há muitas maneiras de proteger empregos sem cair no protecionismo.

O senhor pode ser mais específico? A que estudo está se referindo?

Temos estudos nossos e da Organização Internacional do Trabalho. Por definição, você importa onde sua economia não é competitiva e exporta onde é mais competitiva. Quando uma parte cada vez maior de suas exportações é feita de importações que você processa, proteger empregos no lado da importação pode preservar postos, mas leva à

perda de empregos no setor exportador. E os que você protege são de menor qualidade, o que deteriora a competitividade de sua economia.

Isso, eu admito, depende do quanto o seu país está inserido nas cadeias globais de produção. É verdade que países como o Brasil e a Argentina, no momento, estão provavelmente menos inseridos nessas cadeias do que Chile, Peru ou Colômbia.

Mas, no final, o comércio brasileiro terá de se diversificar. As autoridades e as empresas brasileiras estão cientes de que concentração demais do comércio em commodities e matérias-primas é algo frágil, porque, no momento em que a economia chinesa desacelerar, o impacto nas exportações será maior.

Mas o Brasil terá de fazer essa diversificação sem proteger a indústria, como fizeram a Coreia do Sul e mesmo os europeus no passado?

Todo mundo cita esse exemplo da Coreia do Sul. A realidade é que essas economias se abriram, e a questão de você atribuir o sucesso em competitividade ao fato de que elas se protegeram ou ao fato de que se abriram é muito difícil de responder. Também provavelmente é verdade que, dados os novos padrões de comércio, em que a produção está localizada em diferentes países, as coisas não funcionam mais como funcionavam há 50 anos.

Quem está certo na disputa entre EUA e a China sobre manipulação do câmbio?

O que importa é que a China caminhe para uma maior conversibilidade de sua moeda, porque, no momento em que a moeda é conversível, a suspeita de manipulação do câmbio deixa de existir.

No documento aprovado na cúpula do G20, há o reconhecimento de que a política de câmbio da China está se movendo na direção correta.

Brasil, Argentina e Uruguai iniciam negociações com a China. Cesar Felício – Valor Econômico. 26/06/2012

O primeiro-ministro da China, Wen Jiabao, e Brasil, Argentina e Uruguai, os três países que estão como membros plenos do Mercosul, anunciaram de modo oficial o interesse em firmar uma declaração conjunta estabelecendo uma "aliança estratégica global" entre o país asiático e o bloco econômico. Wen fez o anúncio em uma teleconferência organizada pela presidente argentina Cristina Kirchner na Casa Rosada, com a participação da brasileira Dilma Rousseff e do uruguaio José Mujica.

Este foi o primeiro evento relativo ao Mercosul sem a participação do Paraguai. O quarto membro do bloco foi suspenso neste domingo em razão da destituição do presidente Fernando Lugo pelo Congresso daquele país. A suspensão paraguaia viabilizou uma postura comum do bloco, já que o país era o único do Mercosul que não reconhece o governo de Pequim como o representante da China. O Paraguai ainda concede este "status" ao governo de Taiwan.

"A China e o Mercosul possuem interesses comuns e amplas perspectivas", disse Wen, que está encerrando uma visita a Buenos Aires para celebrar os quarenta anos de relação entre os dois países. "Estamos dispostos a coordenar posições comuns nos temas internacionais e a desenvolver ainda mais o nosso intercâmbio. A China quer uma frente comum", afirmou o dirigente chinês, que deixou claro o objetivo de abrir caminho para um tratado de livre comércio. "Temos que desenvolver os estudos de viabilidade para isso", disse o premier.

Ao se pronunciar, Dilma evitou tratar dessa possibilidade, centrando sua fala na possibilidade de uma ação conjunta com a China na discussão de iniciativas para fazer frente à crise econômica global. Durante a cúpula Rio+20, encerrada na semana passada, Brasil e China já haviam anunciado um acordo para fortalecimento mútuo de reservas em moeda estrangeira. "É preciso evitar que a crise contamine nossos mercados e provoque consequências que não desejamos. Sabemos que esta é uma crise de mercado e que os Estados Unidos e a União Europeia estão com seus potenciais comprometidos. É estratégico construir um relacionamento produtivo com a China", disse a presidente.

O Brasil receberá na cúpula do Mercosul em Mendoza, nesta quinta-feira, a presidência pro-tempore do bloco para os próximos seis meses, inicialmente prevista para ser entregue ao Paraguai. A presidente brasileira confirmou que a possibilidade de uma aliança estratégica global com a China "será avaliada" no encontro.

Tanto Mujica quanto Cristina Kirchner mencionaram a possibilidade da aliança com os chineses derivar em ampliação do intercâmbio comercial. "A China é o grande comprador e o grande vendedor de nossa época. E temos que vender mais com maior valor agregado", afirmou o presidente uruguaio. "A vinculação com a China é uma oportunidade histórica para o Mercosul, para agregar valor para nossa matéria prima, gerando trabalho para a nossa gente", concluiu a presidente argentina.

A entrada para o desenvolvimento - Valor Econômico. 26/06/2012

Estamos no quarto ano da Grande Recessão. Até o momento, as economias que pertencem à Organização Mundial do Comércio (OMC) vêm resistindo ao tipo de protecionismo generalizado que faria com que uma situação ruim ficasse ainda pior. Porém as pressões protecionistas vêm aumentando, com os políticos cansados de ouvir cada vez mais exortações ao nacionalismo econômico.

A melhor defesa da OMC de abertura comercial é um bom ataque. O novo Acordo de Facilitação Comercial da organização seria uma vitória para todos: aumentando a capacidade de comércio dos países em desenvolvimento, fortalecendo o mandato de desenvolvimento da OMC e ajudando a estimular o crescimento econômico global. Mais de uma década após o lançamento da Rodada Doha, esse acordo poderia ser o pagamento de entrada do compromisso assumido pelos membros da OMC de vincular o comércio e o desenvolvimento.

Os países em desenvolvimento são os que mais teriam a ganhar com o aprimoramento da facilitação comercial. O tipo correto de apoio ajudará os exportadores dos países mais pobres a se integrarem à cadeia global de suprimento. Existem grandes

oportunidades de ganhos. Ineficiências no processamento e liberação aduaneira de bens colocam os exportadores dos países em desenvolvimento em uma situação de desvantagem competitiva. Procedimentos ultrapassados e ineficientes na fronteira, bem como a infraestrutura inadequada, muitas vezes significam altos custos de operação, longos atrasos, oportunidades para a corrupção e um aumento de 10% a 15% no custo de colocar os produtos no mercado, sendo que esse custo é ainda maior para os países cercados por terra e sem acesso ao mar. Pesquisas realizadas pelo Banco Mundial indicam que cada dólar de assistência prestada em apoio à reforma para facilitação comercial em países em desenvolvimentos gera um retorno de até US\$ 70 em benefícios econômicos. Há um impacto significativo quando os recursos são direcionados ao aprimoramento de sistemas e procedimentos de gestão na fronteira: que são exatamente as questões tratadas nas negociações de facilitação comercial.

Medidas ultrapassadas e ineficientes na fronteira, bem como a infraestrutura inadequada, muitas vezes significam altos custos de operação, atrasos, oportunidades para a corrupção e um aumento de 10% a 15% no custo de se colocar os produtos no mercado

Projetos de transparência e eficiência que contam com o apoio dos bancos de desenvolvimento e de doadores bilaterais fazem uma diferença dramática. Na África Oriental, melhorias em termos de procedimentos reduziram o tempo médio de liberação aduaneira de carga na fronteira entre Quênia e Uganda de quase dois dias para sete horas. Em Camarões, algumas de nossas organizações trabalham em conjunto com a Organização Mundial de Aduanas (OMA) para ajudar as autoridades aduaneiras a reduzir a corrupção e aumentar a arrecadação de receitas, estimadas em mais de US\$ 25 milhões/ano.

Na fronteira entre o Laos e o Vietnã, um acordo sub-regional de transporte transfronteiriço reduziu o tempo de transporte de carga de quatro horas para pouco mais de uma hora. O novo componente aduaneiro de um projeto de rodovia entre Phnom Penh, no Camboja, e Ho Chi Minh, no Vietnã, ajudou a elevar o valor total do comércio na fronteira Moc Bai Bayet em 40% nos últimos três anos. No Peru, nossos bancos trabalharam com "freight forwarders" internacionais para conectar vilas rurais remotas e pequenas empresas ao mercado de exportação por meio dos serviços nacionais de correios, e o resultado foi que mais de 300 pequenas empresas do Peru se tornaram exportadoras, a maior parte delas pela primeira vez.

As linhas gerais de um novo Acordo de Facilitação Comercial da OMC já estão definidas, mas ainda persistem algumas diferenças técnicas nas cláusulas específicas. Os países em desenvolvimento buscam um compromisso confiável em apoio aos custos de implementação, como assistência técnica e capacitação. Um estudo do Banco Mundial estima que os custos de implementação das medidas a serem provavelmente cobertos por um acordo de Facilitação Comercial seriam relativamente baixos - de US\$ 7 a US\$ 11 milhões nos países analisados ao longo de vários anos - especialmente quando comparados aos benefícios esperados.

Os programas de capacitação e financiamento para os governos que buscam aprimorar a facilitação comercial já estão disponíveis. Os grandes países doadores e as organizações internacionais de desenvolvimento atribuíram prioridade e aumentaram o investimento na facilitação comercial. Segundo a OCDE, o comércio relacionado com a facilitação

comercial multiplicou-se por dez, em termos reais, passando de quase US\$ 40 milhões, em 2002, para US\$ 400 bilhões, em 2010.

No sentido de ajudar os países em desenvolvimento no processo de implementação plena e eficaz do acordo, estamos prontos - juntamente com a OMC - a prestar assistência aos países para avaliar, caso a caso, suas necessidades de facilitação comercial, combinar essas necessidades com os recursos necessários e negociar parcerias entre os países recipientes e os parceiros no desenvolvimento para garantir que o apoio seja prestado com rapidez e eficiência.

Em negociações internacionais, há sempre uma forma de avançar se os benefícios provenientes do acordo forem compartilhados por todos. A facilitação comercial oferece um dividendo de desenvolvimento para todos os países. É chegada a hora de os membros da OMC conseguirem algum avanço sobre as questões que podem ser resolvidas. Trata-se do pagamento de entrada de um investimento sólido.

Robert B. Zoellick é presidente do Grupo Banco Mundial

Ahmad Mohamed Ali Al-Madani é presidente do Banco Islâmico de Desenvolvimento

Donald Kaberuka é presidente do Banco Africano de Desenvolvimento

Haruhiko Kuroda é presidente do Banco Asiático de Desenvolvimento

Thomas Mirow é presidente do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento

Luis Alberto Moreno é presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento

UE busca competitividade e crescimento. Assis Moreira – Valor Econômico. 28/06/2012

O presidente da Comissão Europeia, José Durão Barroso, delineou ontem o que acredita ser o pacote mínimo de curto e longo prazos que os líderes europeus poderão aprovar para salvaguardar o euro na cúpula de hoje e amanhã em Bruxelas.

Primeiro, compromissos específicos de países para fazer reformas estruturais, a fim de reforçar a competitividade global europeia. Segundo, pacote para o crescimento estimado em € 130 bilhões (1% da zona do euro); e terceiro, dramáticos passos em direção da união bancária, união fiscal e união política - portanto, nada de eurobônus, por exemplo.

Barroso e o presidente do Parlamento Europeu, o socialista alemão Martin Schulz, deram entrevista juntos prometendo um acordo para adoção em regime de urgência de medidas legislativas para assegurar no curto prazo a estabilidade financeira e estímulos ao crescimento e emprego. "A hora é grave, a situação é excepcional e abrimos mão inclusive de nosso direito de veto", prometeu Schultz.

Além de medidas para estimular crédito a pequenas e médias empresas e investimentos em infraestrutura, Barroso diz que o foco será a união bancária, que espera estar preparada em 2013. O objetivo é tentar romper o vínculo entre bancos em dificuldades e o endividamento dos Estados.

União bancária significa jogar para a esfera europeia o que existe hoje em cada país. Ou seja, um único xerife para o setor bancário, que será o Banco Central Europeu; um único sistema de garantia de depósitos, alimentados pelos próprios bancos e, em última etapa, pelos Estados; e um único sistema de gestão de crises e falências, para reduzir o custo aos contribuintes.

No entanto, o plano de sete páginas por uma União Europeia mais integrada, apresentado pela Comissão Europeia, Conselho Europeu e BCE na terça-feira, foi recebido como um balde de água fria. O documento propõe mais poder para a Comissão Europeia e pede mais dinheiro da Alemanha, na visão dos alemães. Para os italianos, a união bancária parece a tarefa mais fácil a ser alcançada no curto prazo, enquanto a união fiscal parece a mais complicada porque a França e outros países se opõem a abrir mão da soberania.

Para vários analistas, o documento que os líderes vão discutir tem sobretudo "muita platitudes" sobre necessidades de medidas para reforçar a integração europeia. A agência de classificação de riscos Fitch alertou que se as autoridades não articularem um "roteiro" de dez anos realmente crível para mais integração fiscal e política, a pressão dificilmente baixará sobre os ratings soberanos - o que significa custo maior ainda para países endividados se financiarem.

A cúpula ocorre quando agora o Chipre aparece para pedir socorro entre 8 e 10 bilhões de euros, o que significa 50% de aumento na sua dívida pública. A Grécia chega dizimada à cúpula, com os líderes adoentados.

Ao mesmo tempo, o presidente do Banco Central do Reino Unido, Sir Mervyn King, prevê "miséria econômica" por mais cinco anos globalmente. "O que me inquietou mais nos últimos meses foi a piora que eu vi na posição da Ásia e de outros emergentes. E meus colegas dos EUA estão mais preocupados do que estavam no começo do ano sobre o que acontecerá na economia americana", disse ele ao jornal "The Guardian".

Durão Barroso, que não perde uma ocasião para lembrar que a crise veio dos EUA, contou ontem que a mensagem que ouviu no G-20 por parte de países como Estados Unidos, China, Japão e Brasil foi "a de que avancemos na integração, mostremos que somos capazes de garantir a moeda comum europeia".

Fragilizado, Monti confronta Merkel – Valor Econômico. 28/06/2012

Visto do 13º andar da Comissão Europeia, de onde José Manuel Barroso comanda o Executivo da União Europeia, chama atenção na véspera da cúpula europeia a posição de confronto do primeiro-ministro italiano, Mario Monti, contra a premiê alemã, Angela Merkel.

Nos últimos dias, em meio a especulações de que poderia ser forçado a pedir demissão, Monti aumentou a exigência para a cúpula europeia dar o sinal verde para o fundo de socorro europeu de € 500 bilhões comprar títulos da dívida soberana, e assim aliviar os ataques do mercado contra Roma.

Para Monti, a Europa precisa recompensar os países "virtuosos" que tentam fazer seu dever de casa, e não só dirigir o socorro para os países que causam os problemas.

Ao mesmo tempo, porém, a avaliação em setores da Comissão Europeia é de que Monti, fragilizado politicamente, parece menos disposto a pagar o preço por essa concessão, cobrada sobretudo pela Alemanha. "Monti parece estar virando de campo", com menos pressa por reformas estruturais, quando a recessão continua atingindo a periferia do continente.

A mensagem de Monti é a de que o resultado da cúpula de hoje a amanhã será decisivo para o futuro de seu governo e das reformas. Sem progressos na luta contra a crise da dívida, as consequências serão pesadas para a Itália, terceira maior economia da zona do euro e com uma dívida pública explosiva equivalente a 120% do PIB.

Monti sinaliza a seus colegas europeus que uma queda de seu governo pode ser um empurrão a mais para o desastre europeu. Se houver eleições antecipadas em outubro, as finanças públicas italianas vão estar à deriva durante meses, o prêmio de risco da dívida vai aumentar sob ataque do mercado e Roma poderá ser obrigada a pedir socorro financeiro - que a Europa não está em condições de lhe dar.

Na Comissão Europeia, observa-se que a posição de Merkel é bastante conhecida: a solidariedade só é possível com sérios controles e responsabilidades, o que implica maior integração europeia.

Ela tem insistido que o fundo de socorro é um instrumento de solidariedade, mas não pode ser garantido sem controle.

Em todo caso, se há algo da qual os líderes dos 17 países da zona do euro parecem fartos é de receber lições sobre como resolver sua crise.

Uma fonte europeia relatou ao Valor que na cúpula dos líderes do G-20, das maiores economias desenvolvidas e emergentes, na semana passada no México, aparecem dois improváveis "professores" que justamente protagonizam entre eles um sério contencioso que já causou guerra.

Primeiro, foi o primeiro-ministro britânico, David Cameron, cujo país está fora da zona do euro. Cameron criticou duramente a "incapacidade" de a zona do euro resolver seus problemas. E para surpresa de muitos, sugeriu que a solução é mais integração. Foi quando o presidente francês François Hollande ironizou, dizendo que era uma pena que Cameron só fizesse essa sugestão no G-20, e não em seu país.

Mas a lição principal veio da presidente da Argentina, Cristina Kirchner. Durante 14 minutos, três vezes mais que o tempo combinado, ela deu um curso de economia aos outros representantes do G-20, explicando como se faz crescimento, controle de juros

etc. Segundo a fonte, os líderes toleraram a intervenção e rapidamente passaram para outro tema. (AM)

Sem derrubar travas, países ensaiam facilitar o fluxo de produtos. Carolina Villanova – Folha de São Paulo. 30/06/2012

Após tensas negociações, os governos do Brasil e da Argentina fecharam ontem um "acordo de cavalheiros" numa tentativa de levantar as travas no comércio bilateral.

As conversas, paralelas ao encontro de cúpula do Mercosul em Mendoza, duraram quatro dias e chegaram perto de ruptura anteontem.

Fracassou a ideia de fechar um acordo abrangente e duradouro. O compromisso acertado é facilitar, a partir dos próximos dias, o fluxo de produtos hoje sujeitos a licenças não automáticas.

A movimentação será continuamente averiguada pelos dois lados, que farão reuniões periódicas de avaliação. Não foram definidos os produtos liberados nem em que ritmo nem quando.

As tratativas foram lideradas pelas secretárias de Comércio Exterior da Argentina, Beatriz Paglieri, e do Brasil, Tatiana Prazeres. Ontem, participou também o ministro brasileiro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel.

Segundo uma fonte próxima às negociações, na quinta-feira, os brasileiros ameaçaram se retirar da mesa diante da dureza de Paglieri, que estaria "alterada".

Desde fevereiro, a Argentina exige que os importadores argentinos peçam permissão antecipada para comprar produtos de outros países, aguardem a aprovação, que pode não ocorrer, e somente depois disso tenham acesso à mercadoria importada.

Como retaliação às travas, o Brasil vem restringindo desde maio a entrada de dez produtos entre os mais vendidos pelo país vizinho para compradores brasileiros.

Brasil e Argentina acordaram também rediscutir, a partir de julho, o acordo automotivo bilateral. A ideia é incrementar a produção comum de veículos e peças na região.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor,
Jorge Romano, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf

Assistentes de Pesquisa

Catia Grisa, Karina Kato, Luiza Mariano de Lima Araujo,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

